

Estado da publicação: O preprint não foi publicado em outro meio.

Alagados: notas sobre técnica e periferia

Gustavo Souto de Noronha

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.15952>

Submetido em: 2026-05-04

Postado em: 2026-06-03 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

Alagados: notas sobre técnica e periferia

Alagados: Notes on Technique and the Periphery

Por Gustavo Souto de Noronha

Economista, Diretoria de Gestão Estratégica – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)

ORCID <https://orcid.org/0000-0001-7860-6641>

“Nos deram espelhos e vimos um mundo doente”

(Renato Russo)

Resumo

Este ensaio analisa a inteligência artificial (IA) não apenas como inovação técnica, mas como uma nova etapa da questão do desenvolvimento nas periferias globais. Utilizando uma chave de leitura a partir da antropofagia combinada com uma epistemologia das encruzilhadas, argumenta-se que o acesso à tecnologia não garante soberania, podendo consolidar uma "colônia algorítmica" onde países como o Brasil fornecem recursos brutos (dados, energia e trabalho precário) e importam sistemas de decisão e comando. A disputa pela IA é apresentada como uma luta pela linguagem e pela capacidade de nomear o mundo, desafiando padrões semânticos estrangeiros que tratam a diversidade local como ruído. O texto denuncia a materialidade da tecnologia, que repousa sobre a extração mineral e a exploração de trabalho invisível. Critica-se a tendência das elites locais em lucrar com a intermediação da dependência, utilizando a IA para intensificar a disciplina social e a gestão da escassez. Como alternativa, propõe-se uma estratégia antropofágica: devorar e desarrumar a técnica alheia para adaptá-la às prioridades territoriais. Para isso, é fundamental mobilizar a soberania monetária, o poder de compra estatal e missões públicas orientadas por necessidades sociais. Por fim, defende-se a escala latinoamericana como essencial para construir densidade tecnológica e autonomia diante de monopólios globais.

Palavras-chave

Inteligência Artificial, Soberania Tecnológica, Desenvolvimento, Colônia Algorítmica, Antropofagia, Estado e Poder de Compra, América Latina, Economia Política, Linguagem e Classificação

Abstract

This essay analyses Artificial Intelligence (AI) not merely as a technical miracle, but as a new chapter in the long-standing issue of development for peripheral countries. It argues that simple access to technology does not guarantee emancipation and can, instead,

consolidate an "algorithmic colony" where the periphery provides raw data, energy, and cheap labour while importing decision-making and command systems. The dispute over AI is presented as a struggle for language and the power to name the real, challenging foreign semantic patterns that treat local diversity as noise. The text denounces the hidden materiality of digital technology, which relies on mineral extraction, intensive energy use, and precarious, invisible labour. It critiques local elites who profit from the intermediation of dependency, using AI to intensify social discipline and the management of scarcity through automated scoring and surveillance. As an alternative, a sovereign strategy is proposed through an "anthropophagic" approach: devouring and reorganizing foreign technical artifacts to serve local historical bodies and priorities. This requires mobilizing state capacity, sovereign currency, and public procurement directed by social missions. Finally, the essay defends a Latin American scale of cooperation as essential for building the cognitive density and autonomy necessary to face global monopolies.

Keywords

Artificial Intelligence, Technological Sovereignty, Periphery, Development, Algorithmic Colony, Anthropophagy, State Capacity, Latin America

Resumen

Este ensayo analiza la inteligencia artificial (IA) no solo como una innovación técnica, sino como un nuevo capítulo de la vieja cuestión del desarrollo para los países periféricos. Se argumenta que el acceso a la tecnología no garantiza la soberanía y puede consolidar una "colonia algorítmica" donde la periferia provee datos, energía y trabajo barato, mientras importa sistemas de decisión y mando. La disputa por la IA se presenta como una lucha por el lenguaje y el poder de nombrar la realidad, desafiando patrones semánticos extranjeros que tratan la diversidad local como ruido. El texto denuncia la materialidad oculta de la tecnología, la cual depende de la extracción mineral, el consumo hídrico y la explotación de trabajo invisible. Se critica la tendencia de las élites locales a lucrar con la intermediación de la dependencia, utilizando la IA para intensificar la disciplina social y la gestión de la escasez mediante sistemas de vigilancia y clasificación. Como alternativa, se propone una estrategia "antropofágica": devorar y desordenar la técnica ajena para adaptarla a las prioridades y cuerpos históricos del territorio. Esto requiere movilizar la capacidad estatal, el poder de compra público y misiones orientadas por necesidades sociales. Finalmente, se defiende la escala latinoamericana como esencial para construir la densidad cognitiva y la autonomía necesarias frente a los monopolios globales.

Palabras clave

Inteligencia Artificial, Soberanía Tecnológica, Desarrollo, Colonia Algorítmica, Antropofagia, Capacidad Estatal y Compras Públicas, América Latina, Economía Política

1. Fuá na Casa de Cabral

Há momentos em que o problema não é a falta de mapa, mas o mapa em excesso; não a ausência de técnica, mas a técnica já chegando com nome, dono, destino e manual de obediência; não a escassez de futuro, mas o futuro alheio, importado em embalagem reluzente, vendido como necessidade histórica e recebido, na periferia do mundo, com a velha mistura de fascínio, dependência e subserviência que tantas vezes tomou o lugar da estratégia. Talvez seja por isso que a inteligência artificial venha sendo discutida, entre nós, quase sempre do jeito errado: ou como milagre técnico, desses que prometem varrer a poeira do atraso com uma rajada de inovação, ou como assunto de especialistas, reguladores, investidores e burocracias modernizantes, como se estivéssemos diante de uma questão setorial, importante sem dúvida, mas afinal apenas mais uma, a ser acomodada entre políticas de ciência e tecnologia, incentivos ao empreendedorismo e alguma pedagogia digital para as massas tardias. Não estamos. E talvez convenha começar por aí, sem rodeio, olhando aqui debaixo do Equador: para países como os nossos, a inteligência artificial não é apenas um novo capítulo da história da técnica, mas uma nova estação da velha questão do desenvolvimento (Santos, 2000).

O problema já não é saber se teremos acesso à inteligência artificial, todos temos. O acesso já chegou, sentou-se à mesa, pediu água, entrou na escola, invadiu o escritório, apareceu na licitação, seduziu a universidade, encantou gestores públicos, produziu pânico entre trabalhadores, acendeu a cobiça das empresas e o delírio das consultorias. O acesso, no entanto, não resolve quase nada. Pode até agravar o problema, porque um país pode consumir fartamente a técnica mais avançada do seu tempo e, ainda assim, permanecer condenado à condição de apêndice, mercado, laboratório, estoque de dados, fonte energética, reservatório de trabalho barato e território disponível para a extração de valor organizada em outra parte. Não há nada de novo nisso, a não ser a roupa (se é que o rei não está nu e ninguém falou nada). A periferia conhece esse filme. Já o viu com as manufaturas, com a industrialização dependente, com as finanças, com a ciência, com os fármacos, com a tecnologia da informação, com as plataformas digitais. O que agora muda não é a lógica profunda da hierarquia, mas a natureza do objeto em disputa: trata-se cada vez mais dos meios de organizar informação, linguagem, classificação, previsão, memória, circulação, decisão e comando em escala social.

A inteligência artificial recoloca assim, sob outra forma, perguntas antigas demais para serem tratadas como moda: quem controla a infraestrutura; quem define os padrões; quem detém a capacidade de processamento; quem decide o que conta como dado e o que conta como ruído; quem transforma a experiência social em ativo econômico; quem captura os ganhos de produtividade; quem suporta os custos materiais da computação; quem fornece a energia, a água, o território, os minerais, os cérebros, os textos, as imagens, as vozes, os gestos, as rotinas, os acervos, as palavras e os erros; e, por fim, quem devolve tudo isso à sociedade sob a forma de sistema, interface, plataforma, modelo, vigilância, predição e norma. A pergunta decisiva, portanto, está mal formulada

quando se resume à obsessão pueril com “não ficar para trás”. Atrás de quê, exatamente, e atrás de quem? O atraso, em certas circunstâncias, é apenas um nome elegante para a subordinação. Há periferias que chegam cedo demais a tecnologias que jamais controlam; chegam como usuárias, nunca como sujeitos históricos de sua orientação. A pressa, nesse caso, não emancipa: encurta o caminho da dependência.

É por isso que a noção de soberania, tantas vezes maltratada pelo nacionalismo oco ou pelo cosmopolitismo de cócoras (Fiori, 2000) volta a impor-se aqui com um peso concreto. Não se trata de autarquia, pureza técnica ou fantasia de isolamento, como se um país pudesse retirar-se da história e, numa noite de voluntarismo tropical, erguer do nada seus próprios chips, nuvens, modelos e data centers como quem improvisa um carnaval cognitivo no terreiro da geopolítica. Também não se trata, no extremo oposto, de aceitar a velha catequese segundo a qual bastaria melhorar o ambiente de negócios, fazer boas parcerias com as *big techs*, formar mão de obra “para o mercado” e torcer para que, por milagre ou por transbordamento, algum pedaço relevante da nova riqueza técnica acabasse internalizado na estrutura produtiva nacional. Entre a ilusão autárquica e a rendição administrada há um campo de disputa muito mais áspero, e é nele que este ensaio pretende navegar. Soberania, aqui, tem outro significado: a capacidade, sempre relativa, desigual, incompleta e conflitiva, de decidir sobre partes relevantes da infraestrutura cognitiva, sobre os usos socialmente legítimos da técnica, sobre os dados que podem ou não ser apropriados, sobre as finalidades públicas do investimento, sobre os ganhos que devem ou não ser socializados, sobre o que se quer preservar, transformar, acelerar ou recusar na vida coletiva diante do novo poder computacional.

Entretanto, o problema ainda não está inteiro se o tratarmos apenas nos termos clássicos da dependência tecnológica, porque a inteligência artificial toca um nervo adicional, e esse nervo diz respeito não só à produção, mas ao que passa a ser produzido como mercadoria. Já não falamos apenas de máquinas, software ou serviços em sentido corrente. Falamos de linguagem, atenção, memória, repertórios culturais, traços de comportamento, gestos de trabalho, registros administrativos, mapas, diagnósticos, preferências, sotaques, imagens, tradições narrativas, hábitos de leitura, acervos científicos, fluxos territoriais e saberes práticos sedimentados em comunidades e instituições. Tudo isso pode ser capturado como dado, abstraído como informação, recombinação como insumo e devolvido à sociedade como sistema de classificação, filtragem, recomendação, julgamento e indução. Há, portanto, uma dimensão nova – ou talvez apenas mais descarada – da velha expansão mercantil: o que se procura mercantilizar agora é também a inteligência social mesma, isto é, o excedente cognitivo produzido por uma sociedade inteira, mas apropriado segundo hierarquias privadas e globais de poder. A mercadoria, por assim dizer, já não quer apenas o corpo e o tempo; quer também a atenção, a linguagem, o traço, a lembrança, a probabilidade, a forma de perguntar e o modo de errar. (Polanyi, 2000; Zuboff, 2021)

É nesse ponto que o ensaio precisa recusar uma segunda simplificação, desta vez teórica. Se ficarmos apenas no velho esquema segundo o qual o desafio da periferia seria “alcançar” o centro na corrida da modernização, mesmo que sob direção estatal e com

políticas industriais mais ousadas, ainda estaremos pensando dentro de uma imaginação civilizatória excessivamente linear, na qual o problema principal é a distância e a solução mais ou menos confessada é a cópia bem-sucedida. Não é suficiente. A crítica da dependência continua necessária, mas precisa ser atravessada por outra imaginação. É aqui que precisamos deglutir o Bispo Sardinha do século XXI não como citação bem-comportada, mas reinvenção teórica. Porque o ponto não é repetir o centro nem o rejeitar em nome de uma autenticidade impotente, mas devorar, deslocar, recompor, misturar, traduzir mal, traduzir de propósito, submeter o artefato alheio a outros ritmos, outras línguas, outras prioridades, outros corpos históricos. A técnica, entre nós, não será soberana se vier pura; será soberana, se vier a ser, porque terá sido desarrumada. Não por capricho estético, mas porque os povos periféricos raramente dispuseram do luxo da originalidade imaculada. O que tiveram, quando muito, foi a inteligência da apropriação conflitiva.

E não atravessaremos esse mar revolto sem uma epistemologia das encruzilhadas que acrescenta uma advertência decisiva a essa hipótese antropofágica: não basta deslocar a origem da técnica se o destino de sua organização continuar submetido a uma razão única, centralizadora, homogeneizante e epistemicamente colonial. Em outras palavras, seria um erro imaginar que uma estratégia soberana de inteligência artificial poderia se cumprir apenas pela reunião de técnicos brilhantes, planejamento estatal, compras públicas, modelos nacionais e alguma coordenação macroeconômica bem desenhada, como se o problema se resolvesse na escala dos ministérios, dos laboratórios e dos centros de cálculo. Não se resolve. A inteligência social de uma formação periférica não está contida apenas nas universidades, nas empresas, nos aparatos públicos ou nos grandes bancos de dados administrativos. Ela está também nos territórios, nas oralidades, nas bordas urbanas, nos saberes populares, indígenas, quilombolas, camponeses e periféricos, nas variações da língua, nos modos não hegemônicos de classificar o mundo, nos conhecimentos sedimentados por ofícios, práticas e experiências que a modernização subordinada aprendeu a tratar como atraso, superstição ou resto. Uma infraestrutura cognitiva que ignore isso poderá até funcionar; o que não fará é emancipar. No máximo, construirá uma versão local, mais barata e talvez mais eficiente, da velha violência epistemológica.

Daí decorre a tese central deste ensaio, que convém enunciar desde já para evitar mal-entendidos: para países em desenvolvimento, uma estratégia de inteligência artificial só tem sentido se for pensada como parte de uma estratégia mais ampla de transformação estrutural, e só será realmente soberana se combinar capacidade estatal, política industrial, coordenação macroeconômica, governança pública e comum de dados, apropriação antropofágica da técnica e abertura epistemológica às encruzilhadas históricas e territoriais em que a inteligência social efetivamente se produz. Dito de outra maneira, não se trata de decidir apenas se o Estado deve ou não investir em IA, ou se é melhor apostar em modelos abertos, compras públicas, aplicativos governamentais, consórcios regionais, data centers nacionais ou fundos de pesquisa; trata-se de recolocar a questão da IA no terreno mais largo e mais áspero da economia política do desenvolvimento, isto

é, no terreno em que Estado, classes, moeda, infraestrutura, trabalho, dependência, poder imperial, colonialidade e formas de vida entram em choque.

É nesse cruzamento que os argumentos das próximas seções se moverão. Primeiro, porque a chamada “economia da IA” reatualiza, em bases novas, a velha heterogeneidade estrutural periférica, convertendo países como os nossos em risco permanente de nova colônia algorítmica. Depois, porque a técnica, longe de abolir o conflito distributivo, o desloca e o intensifica, ao aprofundar a captura privada da inteligência social e ampliar formas de exploração, expropriação e renda de plataforma. Em seguida, porque não haverá saída interessante para a periferia nem pela catequese liberal dos mercados, nem por uma réplica burocrática e sem povo da razão tecnológica central; será preciso pensar, contra a cópia e contra a obediência, uma via antropofágica, encruzilhada, impura como convém aos vivos. E, por fim, porque tudo isso desemboca em questões duras demais para serem evitadas: quem paga, quem planeja, quem compra, quem regula, quem produz, quem resiste, quem ganha com a dependência e quem, finalmente, terá força para fazer fuá na casa de Cabral sem pedir licença ao algoritmo da metrópole.

2. Querelas do Brasil

Se a questão da soberania tecnológica fosse apenas uma questão de máquinas, cabos, chips, data centers, energia e capacidade de processamento, já seria suficientemente difícil para as periferias do mundo. Contudo, o problema é mais fundo, porque a inteligência artificial não opera apenas sobre circuitos e infraestruturas, opera também, e sobretudo, sobre linguagem, classificação e sentido. Ou seja, opera sobre a forma e a matéria com que as sociedades nomeiam o real, organizam a experiência, separam o visível do invisível, o relevante do descartável, o normal do desviante, o legítimo do ilegível, e é justamente aí que a dependência costuma se tornar mais perigosa, porque deixa de parecer dependência e passa a se apresentar como neutralidade técnica, padronização necessária, eficiência sem sotaque, universalismo sem corpo, como se o mundo pudesse finalmente ser traduzido a um idioma único, a uma gramática sem resto e a uma tabela geral das coisas produzida em algum lugar acima da história, do conflito e da geografia.

Obviamente não pode. O Brasil sabe disso pela dor, pela mistura e pela impostura. Uma formação que nunca coube inteiramente em taxonomias. Desde cedo, aliás, a história nacional foi também uma história de violência classificatória, de imposição de léxicos, de destruição de nomes, de apagamento de línguas, de disciplinamento da fala, de tradução compulsória de mundos heterogêneos à sintaxe do poder colonial e, depois, da modernização oligárquica; primeiro vieram a catequese, o cartório, o pelourinho e o mapa; depois vieram a gramática da civilização, o português da administração, o vocabulário do mercado, a língua do desenvolvimento, o jargão técnico e, mais recentemente, a fala sem lugar da plataforma global, que nos devolve, como se fossem espelhos inteligentes, sistemas treinados para reconhecer e traduzir melhor aquilo que já nasceu dentro de seus horizontes de mundo. Um reconhecimento tosco, uma má tradução,

uma cegueira para aquilo que emerge das nossas fraturas, das nossas encruzilhadas, da nossa experiência periférica da língua, da cidade, do território, do trabalho e do corpo.

É por isso que a disputa em torno da inteligência artificial é também uma disputa em torno da nomeação, e não em sentido metafórico apenas. Já dizia Humpty Dumpty, quem nomeia, governa; quem classifica, ordena; quem define o que é dado e o que é ruído já começou a decidir que mundo importa e que mundo pode ser relegado à condição de resto estatístico, anomalia residual ou curiosidade local. Quando um modelo de linguagem é treinado sobretudo em inglês, com bibliotecas, modelagem, taxonomias e critérios de relevância extraídos das hierarquias centrais do conhecimento e do mercado, o problema não é apenas que ele “funcionará pior” em português ou espanhol, e menos ainda em pretuguês, guarani, iorubá, tikuna, quimbundo, portunhol, pajubá, crioulo periférico, fala sertaneja, sintaxe oral das bordas urbanas ou escrita popular contaminada de vida. A questão é que ele carregará para dentro de sua arquitetura uma teoria implícita do mundo, uma política subterrânea do que merece ser lido, arquivado, inferido e devolvido como inteligível. Não se trata, portanto, de viés como erro marginal a ser corrigido na atualização seguinte do sistema, mas de assimetria constitutiva na própria produção do inteligível. (Quijano, 2005)

Esse ponto precisa ser levado a sério, sobretudo na periferia, porque aqui a desigualdade material sempre veio acompanhada de desigualdade semântica. Não bastou explorar corpos, terras e trabalhos; foi preciso também decidir que nomes esses corpos teriam, que estatuto essas terras mereceriam, que valor esses trabalhos possuiriam, que línguas poderiam circular, que saberes seriam consagrados como conhecimento e quais seriam rebaixados à condição de crença, superstição, folclore, tradição oral ou ruído de fundo da nação em marcha. A inteligência artificial chega, então, não a um terreno vazio, mas a uma sociedade já atravessada por longa história de hierarquização dos modos de dizer e de conhecer, e se essa história não for enfrentada, a técnica apenas acelerará o velho serviço, agora com vitrines de métricas, codificações latentes, classificadores, parâmetros de referência e interfaces suaves o bastante para que a violência pareça apenas um problema de calibragem.

Daí que a questão da língua não seja, neste ensaio, um detalhe cultural nem um adorno identitário, mas parte do núcleo duro da soberania. Uma nação periférica que aceite passivamente os modelos classificatórios produzidos fora, os repertórios linguísticos treinados à distância, os padrões semânticos ditados por plataformas globais e as arquiteturas de relevância que já chegam embutidas nos sistemas, terá talvez acesso ao instrumento, mas não ao comando de sua inteligibilidade; poderá usar a ferramenta, mas falará dentro dela como hóspede, nunca como dono da casa; poderá produzir textos, imagens, diagnósticos e políticas assistidas por IA, mas o fará sob regime discursivo parcialmente alheio, num idioma ampliado por máquinas que parecem universais justamente porque já naturalizaram a vitória provisória de determinadas experiências históricas sobre outras.

Não é por acaso que, no Brasil, a própria ideia de língua nacional sempre foi mais conflitiva do que sugere a pedagogia oficial. Há um país que escreve parecer, edital, acórdão, termo de referência, paper e nota técnica; há outro que canta, inventa, mistura, erra, torce, ironiza, mastiga a norma e a devolve com outro sabor; há um Brasil que pede tradução, e outro que resiste à tradução; um que cabe no formulário, outro que escapa por entre o formulário e o corrói por dentro. A inteligência artificial, ao passar a operar sobre linguagem em larga escala, entra diretamente nesse campo de forças. Se for organizada apenas a partir dos registros dominantes (sejam eles administrativos, corporativos, jurídicos, acadêmicos, midiáticos etc.) reproduzirá com grande eficiência o país oficial, essa República do timbre correto, da sintaxe limpa e da neutralidade fingida, ao mesmo tempo em que seguirá tratando a pluralidade linguística real como desvio, informalidade, baixa qualidade do dado ou problema de ruído semântico. E aqui a violência não é pequena. Porque um país cuja máquina aprende a ouvir mal seu próprio povo já começou a abdicar de governar em nome dele.

É nesse contexto que “dados” deixam de ser uma abstração engenheirada e voltam a ser aquilo que sempre foram: produto de relações sociais, institucionais e políticas. Não existem dados brutos, como há muito já se sabe, embora a ideologia digital insista em falar deles como se brotassem espontaneamente do mundo à espera de coleta e processamento; existem práticas de registro, regimes de seleção, dispositivos de captura, formas de arquivamento, decisões sobre o que merece ser armazenado, o que pode ser descartado, o que se mede, o que se estima, o que se torna rastreável e o que se mantém invisível. Toda base de dados traz embutida uma sociologia implícita, às vezes grosseira, às vezes sofisticada, mas sempre ativa; traz uma hipótese sobre o que importa, sobre quem conta, sobre qual regularidade deve ser buscada e sobre que desordens precisam ser limadas para que o sistema funcione. Quando a periferia consome, sem crítica, modelos treinados em bases organizadas por outras formações sociais e outros interesses de classe, ela não importa apenas tecnologia: importa também um regime de inteligibilidade.

Daí a necessidade de dizer com todas as letras (e sons) que a soberania em inteligência artificial passa, necessariamente, por uma política da linguagem e dos dados, o que significa, em primeiro lugar, disputar a produção de bases textuais nacionais e latino-americanas robustas, plurais e públicas, não apenas em português padrão, mas nas múltiplas camadas linguísticas em que de fato se move a vida social. Significa reconhecer que variação não é defeito, que oralidade não é imperfeição, que sotaque não é erro, que léxico popular não é ruído, que conhecimento territorializado não é resíduo pré-científico, que a norma culta às vezes é burra. Não só, também implica em construir mecanismos institucionais para que esses acervos não se transformem em nova rodada de expropriação epistemológica, na qual comunidades, povos e territórios fornecem matéria-prima simbólica enquanto empresas ou burocracias centralizadas capturam o valor e distribuem de volta modelos “inclusivos” desenhados sem reciprocidade real. A colonialidade do poder, neste campo, pode muito bem vestir roupa multicultural.

É aqui que a antropofagia e a epistemologia das encruzilhadas deixam de aparecer como gesto de estilo e passam a ter função analítica concreta. A primeira nos lembra que

não há saída interessante na cópia servil dos repertórios centrais de classificação e linguagem; a segunda nos adverte que também não basta produzir uma nova centralização estatal da nomeação, como se um grande modelo “nacional” resolvesse, por decreto e escala, a diversidade efetiva das inteligências situadas. Entre a plataforma imperial e o Leviatã sem sotaque, há um trabalho mais difícil e mais fecundo: construir infraestruturas cognitivas capazes de articular pluralidade sem dissolvê-la, interoperabilidade sem uniformização violenta, capacidade estatal sem esmagamento epistemológico, política pública sem catequese tecnocrática. Noutras palavras, trata-se de organizar um campo em que o comum não seja sinônimo de homogêneo, nem o nacional sirva apenas como pretexto para recentralizar, em chave digital, o velho mando de cima para baixo.

Uma estratégia soberana de inteligência artificial deve responder a perguntas aparentemente simples, mas com grande alcance político: em que língua a máquina aprende a ler o país? Que país é esse que ela aprende a ler? Quais arquivos entram no seu treinamento, quais ficam de fora e por quê? Que formas de fala, memória e conhecimento serão tratadas como centrais, e quais continuarão relegadas ao lugar de material exótico, dado sujo ou diversidade decorativa? Quem governará esses acervos? O mercado? O Estado? As universidades? As comunidades? Em que combinação, sob quais mecanismos de controle e com que garantias contra a velha tentação extrativista, agora travestida de inovação responsável? A resposta não virá de uma pureza impossível, nem de um pluralismo ingênuo em que tudo equivaleria a tudo, mas de uma arquitetura institucional capaz de reconhecer que linguagem é poder, classificação é governo e dados são sempre, em alguma medida, política congelada em formato legível por máquina.

Se no primeiro momento mostramos que o acesso à técnica não equivale à soberania e que a infraestrutura cognitiva se tornou terreno central da disputa pelo desenvolvimento, agora buscamos explicitar que a própria matéria dessa infraestrutura – linguagem, classificação, arquivo, dado, nome – já é atravessada pelas hierarquias históricas que estruturam a periferia. A inteligência artificial não cai sobre o Brasil como chuva neutra. Ela entra numa sociedade que aprendeu a viver entre gramáticas desencontradas, modernizações mutiladas, mandos coloniais persistentes e invenções linguísticas que insistem em sobreviver. Ou a estratégia soberana começará por aí, reconhecendo que disputar a técnica é também disputar os nomes do mundo, ou nos contentaremos em treinar máquinas para nos traduzirem mal.

3. Fora da Ordem

O problema da periferia nunca foi estar propriamente fora da ordem, ao contrário, quase sempre estivemos dolorosamente dentro dela. Colocaram-nos no lugar que a ordem reserva aos que podem ser integrados sem comandar, incluídos sem decidir, modernizados sem soberania, chamados a participar do banquete desde que não perguntem quem escreveu o cardápio, quem fixou os preços, quem se serve primeiro e quem, no fim da noite, lava a louça. A ordem mundial da inteligência artificial não foge a essa regra. Apresenta-se como fronteira técnica, corrida inovadora, revolução produtiva, mas sua anatomia concreta é bastante menos inocente: trata-se de uma reorganização hierárquica

do poder econômico, político e cognitivo em escala planetária, na qual poucos concentram hardware crítico, capacidade de processamento, nuvem, propriedade intelectual, padrões técnicos, capital de risco, complexos militares, cadeias semicondutoras, grandes bases de dados e poder de impor ao resto do mundo o que deve contar como inovação, segurança, eficiência e até prudência regulatória.

É claro que toda nova tecnologia relevante reabre assimetrias, desloca centros de acumulação e reorganiza posições relativas entre Estados, empresas e classes sociais, mas a inteligência artificial o faz com um agravante que nos interessa diretamente: ela se apoia sobre uma infraestrutura de altíssima concentração, ao mesmo tempo material e abstrata, que articula minas, energia, cabos, data centers, laboratórios, universidades, plataformas, fundos financeiros, regimes de propriedade e aparatos de defesa, de modo que aquilo que se apresenta ao usuário final como interface leve, conversa fluida e automatismo conveniente repousa, na verdade, sobre uma cadeia longa, cara, opaca e geopoliticamente vigiada. A nuvem, como se sabe, sempre teve muito de latifúndio: parece suspensa no ar, mas tem dono, cerca, escritura e braço armado.

Da perspectiva periférica, isso significa que o desafio já não pode ser formulado como mera “adoção de tecnologia” ou “difusão de inovação”, fórmulas burocraticamente elegantes que escondem o principal, que é a forma de inserção subordinada nas cadeias em que a nova riqueza técnica é produzida e apropriada. Não se trata apenas de usar IA; trata-se de perguntar em que posição se usa, a partir de que base produtiva, com que grau de controle sobre os insumos críticos, com que dependência de nuvens estrangeiras, com que vulnerabilidade cambial, com que exposição a sanções, licenças, embargos, bloqueios tecnológicos e pedágios informacionais, com que capacidade (ou incapacidade) de traduzir o uso difuso da ferramenta em aprendizagem produtiva, complexificação estrutural e fortalecimento de instituições nacionais. A velha ilusão difusionista, segundo a qual bastaria que a inovação “chegasse” para que os benefícios se espalhassem pelo corpo da economia, nunca funcionou direito em lugar nenhum, muito menos na periferia; com a inteligência artificial, tende a funcionar menos ainda, porque a concentração inicial é maior e o comando das camadas decisivas é mais externo e menos inclusivo.

Há, portanto, uma nova morfologia da dependência em formação, e convém nomeá-la sem prudência excessiva: uma colônia algorítmica não é apenas um país que importa software ou contrata serviços digitais; é uma formação social que passa a fornecer mercado, dados, energia, território, água, trabalho barato de adaptação, etiquetagem e moderação, ao mesmo tempo em que importa os sistemas que processam, valorizam e devolvem esses insumos sob a forma de modelos, plataformas, APIs, padrões de governança e mecanismos de decisão automatizada. Exporta-se matéria-prima em sentido ampliado – minérios, eletricidade, textos, imagens, rastros, comportamento, força de trabalho precarizada – e importam-se camadas superiores de inteligência computacional, como se o destino natural da periferia fosse, mais uma vez, vender o bruto e comprar o elaborado, entregar o chão e alugar o céu. A roupa mudou. A lógica, nem tanto. (Santos, 2018)

No caso brasileiro, essa questão assume um tom ainda mais irônico, porque o país reúne, ao mesmo tempo, condições nada triviais para um projeto soberano e bloqueios igualmente nada triviais que empurram na direção oposta. Há escala territorial, mercado interno, alguma densidade universitária, experiência estatal acumulada, tradição em políticas públicas de grande capilaridade, capacidade científica relevante em áreas estratégicas, matriz energética relativamente favorável quando comparada à média mundial, base industrial residual que, embora combatida, ainda não desapareceu por completo, e um patrimônio linguístico e cultural suficientemente vasto para alimentar iniciativas próprias de modelagem, tradução, busca, classificação e aplicações orientadas por missões em saúde, educação, agricultura, justiça, gestão territorial e administração pública. Mas há também desindustrialização, financeirização, fiscalismo autodestrutivo, dependência tecnológica crônica, desnacionalização de segmentos estratégicos, baixa coordenação estatal, subordinação externa em hardware e software crítico, e uma elite que costuma preferir a renda da intermediação à aventura mais exigente de construir capacidade nacional. Em suma, o país tem corpo para a disputa, mas a cabeça dirigente ainda vacila entre o deslumbramento periférico e o velho comodismo do comprador de soluções.

É nesse ponto que a ideia estruturalista de heterogeneidade ganha atualidade nova. Porque o problema não é apenas que o Brasil, e a América Latina de modo mais geral, possam ocupar posição subordinada no tabuleiro global; o problema é que essa subordinação tende a reproduzir-se internamente sob a forma de arquipélagos de alta intensidade tecnológica cercados por mares de precariedade, informalidade e desorganização produtiva. A inteligência artificial não cairá igualmente sobre todos. Ela já começa, aliás, a se difundir por vias seletivas: bancos, agronegócio, plataformas, logística, marketing, defesa, finanças, segmentos de ponta da burocracia estatal e ilhas empresariais mais capitalizadas incorporam os novos instrumentos com rapidez. Por outro lado, escolas públicas, municípios pobres, serviços territoriais do Estado, pequenas firmas, agricultores familiares e assentados, povos e comunidades tradicionais, trabalhadores informais e as franjas mais vulneráveis do mercado de trabalho recebem ou a sobra da automação, ou o peso disciplinador da nova concorrência, ou simplesmente nada. O resultado previsível é a intensificação de uma modernização já conhecida entre nós: concentrada no topo, rarefeita no meio, excludente na base.

Por isso mesmo, é ilusório supor que a dinâmica espontânea do mercado poderá resolver a questão. O mercado, entregue a si, tenderá a fazer exatamente o que sempre fez em sociedades estruturalmente desiguais: alocar capacidade onde o retorno privado é mais alto, reproduzir privilégios preexistentes, ignorar externalidades positivas de longo prazo, subinvestir em capacidades difusas, importar soluções prontas quando isso for mais lucrativo do que desenvolver competências locais e, ao fim e ao cabo, apresentar o conjunto como racionalidade econômica inescapável. É a velha conversa de sempre, agora em alta resolução. Se a periferia aceitar esse roteiro, a inteligência artificial se tornará apenas mais uma máquina de ampliar produtividade privada em circuitos já dominantes, ao mesmo tempo em que aprofundará dependência externa, dualização

interna e impotência pública. Haverá ilhas resplandecentes de eficiência, sem dúvida. Também haverá um país mais desigual, mais alugado e mais vulnerável.

Não se deve, porém, cair na simplificação simétrica, imaginando que bastaria mobilizar vontade estatal e gasto público para desfazer, num golpe de planejamento, essa inserção subordinada. A questão é mais espinhosa, porque a inteligência artificial recoloca de modo particularmente agudo a velha restrição externa do desenvolvimento periférico. Um Estado com moeda soberana não se equivale a uma família, nem a uma firma, e não enfrenta restrição financeira da mesma natureza; isso já deveria ser banal a esta altura. Mas soberania monetária não fabrica por decreto GPUs avançadas, nem elimina a dependência cambial de cadeias fortemente internacionalizadas, nem contorna automaticamente o acesso oligopolizado a equipamentos críticos, software proprietário, litografia, empacotamento avançado, insumos eletrônicos, sistemas operacionais de base e serviços globais de nuvem. A periferia, nesse campo, não enfrenta apenas o fiscalismo doméstico; enfrenta também uma geopolítica material da escassez administrada. Em outras palavras, para nós a discussão sobre inteligência artificial é necessariamente também discussão sobre balanço de pagamentos, política industrial, comércio exterior, energia, logística, pesquisa, defesa e coordenação interestatal. Quem a reduzir a uma agenda de startups, regulação leve e modernização de processos está brincando de inovação na varanda do rentismo.

A dependência algorítmica, ademais, traz um elemento adicional que a torna particularmente insidiosa: ela pode avançar justamente sob o discurso da autonomia. Um país contrata uma nuvem “soberana” hospedada em território nacional, mas operada segundo padrões e softwares que não controla; financia centros de IA que se tornam, na prática, adaptadores locais de modelos externos; incentiva ecossistemas empreendedores que vivem de revender API estrangeira; cria programas de capacitação que formam mão de obra para alimentar cadeias globais, e não para organizar capacidades próprias; celebra sua inserção no “estado da arte” quando, na realidade, apenas alugou lugar um pouco melhor na arquibancada, ainda longe da cadeira especial quiçá da tribuna de honra. Nada disso é irrelevante, claro, mas também não é soberania. Quando muito, é gestão um pouco mais sofisticada da dependência.

Talvez por isso convenha insistir num ponto que o debate corrente frequentemente trata como exagero retórico: a inteligência artificial não é um setor entre outros, e a maneira como um país periférico ingressa nela tende a irradiar efeitos sobre o restante da estrutura produtiva, sobre o padrão de inserção internacional, sobre o mercado de trabalho, sobre a capacidade estatal e sobre o próprio regime de acumulação. Se a entrada se der pela via fácil da importação de sistemas, da locação de infraestrutura, da adaptação superficial de ferramentas e da subordinação cognitiva travestida de eficiência, a consequência não será apenas uma dependência tecnológica adicional; será a consolidação de um novo patamar de submissão econômica, em que decisões crescentemente relevantes (da alocação de crédito à gestão de políticas públicas, da logística à vigilância, do ensino à saúde, da produção agropecuária à segurança) passam a repousar sobre camadas técnicas pouco controladas e densamente externas. A

dependência, nesse caso, deixa de ser apenas atraso relativo. Converte-se em forma contemporânea de governo.

A periferia não está fora da ordem porque não tenha conseguido alcançá-la; está fora da ordem porque a ordem, para conservar-se como ordem, precisa produzir exterioridades subordinadas, zonas de absorção desigual, territórios de fornecimento barato, sociedades cuja integração seja sempre incompleta, útil e disciplinada. Não há desvio a corrigir no lugar periférico; há função histórica. A grande questão, então, não é pedir ingresso educado na festa da inovação, nem correr atrás do centro com a língua de fora. É desorganizar a função. Interromper o automatismo pelo qual nos cabe extrair, adaptar, consumir e agradecer. E isso já não pode ser pensado apenas como política setorial. É problema de desenvolvimento, no sentido forte e incômodo do termo.

Se antes procuramos mostrar que a disputa pela inteligência artificial é também disputa pela linguagem, pelos nomes e pelos regimes de inteligibilidade, agora deslocamos o foco para a base material e estrutural dessa disputa, isto é, para a forma como a economia global da IA reatualiza a hierarquia centro-periferia e ameaça cristalizar uma nova colônia algorítmica, externa e internamente dualizada. Adiante vamos por águas mais profundas (ou turvas): do plano da estrutura para o plano da captura, do trabalho e da apropriação, porque não basta saber que a ordem é desigual; é preciso ver também como ela come.

4. Da Lama ao Caos

Há algo de profundamente enganoso na imagem corrente da economia digital, e talvez a inteligência artificial seja o momento mais sofisticado dessa fraude sensível, porque ela se oferece ao olhar como leveza, interface, conversa, cálculo instantâneo, nuvem, fluidez, como se tivesse finalmente se libertado da sujeira da história, da dureza dos corpos, do peso da infraestrutura, da rudeza do trabalho e da lama das relações sociais; como se a inteligência, uma vez traduzida em estatística e probabilidade, pudesse pairar acima do mundo, iluminando decisões, reduzindo custos, organizando fluxos e dispensando a velha materialidade conflitiva da produção. Nada mais falso. A inteligência artificial não nasce no céu dos engenheiros, nasce no subsolo das minas, no calor dos data centers, na água que resfria servidores, na eletricidade que atravessa redes, no trabalho invisível dos que etiquetam, moderam, corrigem, limpam, traduzem, ajustam, clicam, testam, alimentam sistemas e, não raro, enlouquecem um pouco para que a máquina pareça sã. A nuvem, mais uma vez, tem muito de pantanal drenado, barragem, galpão, cabo submarino, contrato leonino, jornada espremida e território expropriado. O digital, antes de ser sublime, é sujo.

É precisamente por isso que a discussão sobre inteligência artificial não pode ser reduzida ao velho fetiche da produtividade, como se estivéssemos diante de um salto técnico neutro cuja principal questão fosse acelerar a adoção e distribuir, depois, seus eventuais benefícios; o que está em curso é também uma nova rodada de reorganização das formas de exploração e expropriação, uma nova combinação entre trabalho vivo, trabalho morto, renda, monopólio, captura de dados, controle de plataformas e

apropriação privada de inteligência social difusa. Em outras palavras, não basta perguntar se a IA substitui empregos ou melhora processos; é preciso perguntar de que matéria social ela é feita, quem a produz efetivamente, quem se apropria do excedente que ela ajuda a organizar, que parte dessa riqueza retorna aos que a tornam possível e que parte se concentra, como de costume, nos pontos altos do circuito, onde propriedade intelectual, poder de mercado, infraestrutura crítica e capacidade de fechar o acesso se encontram. (Marx, 2013)

Marx continua útil aqui, e continua útil não por devoção escolar, mas porque ainda é difícil compreender o capitalismo sem compreender que ele vive de transformar capacidades humanas e recursos comuns em fontes privadas de valorização; a inteligência artificial apenas radicaliza esse movimento ao converter parcelas crescentes da cooperação social em insumo econômico formalizado por sistemas de cálculo. O problema, porém, é que a operação agora se torna mais espessa e ainda mais indireta. Não se trata somente do trabalhador contratado para executar uma tarefa determinada e produzir mercadorias em tempo mensurável. Trata-se também do usuário que gera gratuitamente dados comportamentais, do leitor que treina sem saber, do professor que corrige, do motorista que aceita a rota, do agricultor que alimenta plataforma, do cidadão que preenche cadastro, do paciente que produz histórico, do servidor público que registra, do território inteiro que fornece padrões, léxicos, mapas, imagens, falares, hábitos e séries históricas sem que nada disso apareça, de saída, como trabalho no sentido clássico. A máquina aprende porque a sociedade inteira trabalha para ela, mas a remuneração dessa inteligência social difusa continua sendo privada, concentrada e opaca. (Marx, 2011)

É claro que esse processo não elimina o velho trabalho mal pago, cansativo, repetitivo, disciplinado e muitas vezes brutal; ao contrário, ele o reconfigura e o expande em zonas pouco visíveis, espalhadas pelo Sul global e pelas periferias internas dos próprios países centrais. Muito antes da inteligência artificial aparecer ao consumidor como assistente polido, ela passou por linhas de montagem, por filas de microtarefas distribuídas a trabalhadores precarizados, por fazendas de clique, por grupos de moderadores expostos ao pior da internet, por tradutores improvisados, por anotadores de sentimentos, por revisores de respostas, por classificadores de imagens, por gentes contratadas para ensinar à máquina o que é uma rua, um rosto, uma ironia, uma doença, uma fala agressiva, uma cena violenta, uma palavra ambígua, um desvio de contexto. Não há nada de etéreo nisso. Trata-se de trabalho fragmentado, frequentemente invisível, muitas vezes desprovido de direitos, ocultado pela própria retórica da automação que ele ajuda a sustentar. A máquina aparece como autônoma justamente porque muita gente foi obrigada a desaparecer do quadro. (ILO, 2021)

Mas esse seria ainda um retrato incompleto se nos limitássemos à exploração do trabalho em sentido mais reconhecível, porque a economia política da IA opera também por mecanismos de pedágio, cercamento e captura de renda que não se deixam reduzir facilmente ao chão da fábrica, por mais ampliado que seja esse chão. As grandes plataformas e os proprietários das camadas críticas da infraestrutura não ganham apenas porque exploram trabalho direto; ganham, também, porque controlam acessos, impõem

padrões, fecham ecossistemas, cobram pela travessia, definem protocolos, alugam dependência e transformam sua posição de intermediação em extração contínua. A analogia feudal, que às vezes reaparece por aí com mais entusiasmo do que rigor, acerta ao notar o elemento rentista, o pedágio e o poder senhorial de certas plataformas, mas erra quando supõe que isso substituiu o capitalismo por outra coisa inteiramente nova, como se tivéssemos passado da exploração à renda por simples mutação nominal. Não passamos. O capital continua muito vivo, apenas mais musculoso nas camadas em que propriedade, finança, infraestrutura e monopólio se fundem. Se há senhorio, ele vem acompanhado de planilha, fundo de investimento, contrato de licença, aparato jurídico e cadeias globais de exploração bem modernas. (Srnicek, 2018)

Talvez seja mais exato dizer que a inteligência artificial condensa, numa mesma formação, formas distintas de extração de valor e poder: exploração direta do trabalho, apropriação privada da cooperação social, privatização de bens comuns digitais, renda monopolista sobre infraestruturas críticas, captura de linguagem e comportamento em escala massiva e, não raro, uso intensivo do Estado como fiador, comprador, financiador ou fornecedor indireto de condições materiais sem as quais o castelo algorítmico sequer se ergueria. O setor privado adora posar de gênio autogerado, mas raramente lembra que comeu do prato público antes de vender eficiência ao mundo: pesquisa financiada pelo Estado, universidades públicas formando quadros, contratos militares, infraestrutura energética subsidiada, marcos regulatórios permissivos, renúncias tributárias, dados administrativos, políticas industriais esquecidas quando dão certo e satanizadas quando se tenta reproduzi-las na periferia. O milagre, como de hábito, é sempre social; a apropriação do milagre, essa sim, é privada.

“Da lama ao caos” não é apenas uma imagem bonita para falar de mistura, periferia e invenção; é também uma maneira dura de lembrar que a riqueza tecnológica contemporânea emerge de zonas de decomposição social, de paisagens sacrificadas, de circuitos onde extração mineral, desmonte ambiental, financeirização, urbanização precária e trabalho vulnerável se articulam para alimentar as camadas superiores do capitalismo digital. Há minério no chip, barragem no servidor, periferia no aplicativo, água represada no modelo de linguagem, trauma humano no filtro automático de conteúdo, e tudo isso retorna à superfície com cara de conveniência limpa, como se a interface pudesse purificar o processo. A inteligência artificial, assim vista, não é apenas um artefato técnico: é uma forma avançada de organizar distância moral entre quem usufrui e quem paga a conta, entre quem conversa com a máquina e quem foi triturado, invisibilizado ou expropriado para que essa conversa parecesse natural.

Aqui no Sul Global, essa lógica adquire contornos ainda mais cruéis, porque nossas economias tendem a entrar no circuito justamente pelos elos mais brutos, mais baratos e menos comandantes: fornecemos energia, território, água, minérios, trabalho desvalorizado, mercado consumidor, base de dados pouco protegida, massa linguística e institucional em estado de captura fácil, enquanto as camadas decisivas de valorização permanecem associadas a software crítico, propriedade de modelos, nuvem, semicondutores, padrões técnicos e ecossistemas fechados controlados fora daqui. O

resultado é conhecido, embora a roupagem seja nova: internalizam-se custos, externalizam-se decisões; concentra-se a lama, exporta-se o céu. E, quando enfim se celebra a “entrada do país na fronteira tecnológica”, muitas vezes o que se festeja é apenas um *upgrade* da posição subordinada, agora mais elegante, mais APIzada e mais rentável para os de sempre.

Não por acaso, a inteligência artificial também se ajusta com espantosa facilidade ao imaginário das elites periféricas, que sempre tiveram certa preferência por técnicas de mando e por dispositivos de redução de custo socialmente seletiva. Para uma classe dirigente acostumada a terceirizar risco, alugar inteligência, importar solução pronta e tratar o povo como problema logístico, a IA aparece como milagre administrativo: automatiza triagens, enxuga atendimento, vigia trabalhadores, disciplina consumo, segmenta crédito, prioriza repressão, seleciona beneficiários, acelera despacho, reduz “ineficiências” sem tocar nas estruturas que as produzem. Quando entra assim, ela não é ferramenta de democratização da capacidade coletiva; é apenas um novo idioma da velha dominação. Mais rápido, mais barato, mais apresentável. A máquina aprende a falar gestão, e a desigualdade ganha sotaque de inovação.

É por isso que a pergunta sobre trabalho, nesta altura do ensaio, já não pode ser feita apenas em termos quantitativos, do tipo “quantos empregos serão destruídos ou criados”, como se estivéssemos diante de um ajuste contábil entre ocupações antigas e ocupações novas. As perguntas são outras: que tipo de trabalho será desvalorizado, fragmentado ou invisibilizado; que capacidades humanas serão proletarizadas em novas formas; que parcelas da inteligência social serão apropriadas sem remuneração correspondente; que posições de comando técnico e infraestrutural serão mantidas sob controle externo; e de que maneira a difusão da IA tenderá a reforçar, ou eventualmente a perturbar, as hierarquias já existentes entre centro e periferia, entre capital e trabalho, entre Estado e plataforma, entre língua dominante e língua subalternizada, entre conhecimento oficial e saber vivo. Em síntese: quem trabalha para a máquina, quem trabalha com ela, quem ganha quando ela “aprende” e quem desaparece para que seu aprendizado pareça espontâneo.

Se quisermos responder a essas perguntas sem cair nem no entusiasmo tolo nem no apocalipse preguiçoso, talvez seja preciso admitir que a inteligência artificial não inaugura uma era pós-trabalho, como gostam de anunciar os publicitários do futuro, mas uma nova etapa da guerra em torno do trabalho socialmente necessário, da apropriação dos seus frutos e da definição política do que conta como produção, como qualificação, como inovação e como direito. A máquina não aboliu a luta de classes; apenas a embaralhou, a distribuiu em novas superfícies e a cobriu com uma camada espessa de abstração técnica. Se quisermos permanecer honestos, precisamos rasgar essa abstração.

Antes mostramos que a disputa pela inteligência artificial é também disputa pela linguagem e pela capacidade de nomear o mundo; e, que a ordem global da IA reatualiza a velha hierarquia centro-periferia em novas bases materiais. Agora expelimos o movimento seguinte: que a ordem não apenas classifica e subordina, ela extrai, captura,

rentabiliza e come. A seguir, vamos encarar o reverso político dessa voracidade, porque toda máquina de extração precisa também de disciplina, de obediência e de uma certa pedagogia do medo para funcionar sem sobressaltos.

5. Admirável Gado Novo

Há uma tentação recorrente, sobretudo entre os devotos da novidade, de imaginar que toda grande mutação técnica vem acompanhada de alguma libertação proporcional, como se a máquina, por aumentar a potência humana em certos domínios, tivesse também o condão de afrouxar automaticamente as amarras do mando, da disciplina e da desigualdade. A inteligência artificial, apresentada tantas vezes como tecnologia da eficiência e da conveniência, beneficia-se amplamente dessa superstição. Fala-se em automação como alívio, em personalização como cuidado, em otimização como racionalidade, em monitoramento como melhoria contínua, em predição como antecipação do risco e em governança algorítmica como administração objetiva de sistemas complexos. A retórica é elegante. O problema é que, por baixo dela, vai se consolidando um aparato muito mais prosaico e muito menos emancipador: um novo regime de disciplina social, produtiva e institucional em que o cálculo estatístico, a classificação automática, a vigilância contínua, a avaliação permanente e a modulação comportamental deixam de ser expediente episódico para se converter em ambiente, rotina, ecossistema, paisagem moral do cotidiano.

Não se trata, convém dizer logo, de alguma conspiração futurista de ficção científica barata, nem de um desvio acidental do bom uso da técnica. Trata-se de uma afinidade profunda entre o capitalismo de plataforma, a racionalidade gerencial contemporânea e a possibilidade de organizar, em escala inédita, mecanismos de observação, ranqueamento, comparação, punição branda, exclusão automática e indução de condutas. A inteligência artificial, nesse sentido, não precisa assumir a forma caricata do Grande Irmão para se tornar instrumento de controle. Basta que ela se inscreva em sistemas de crédito, de contratação, de policiamento, de logística, de distribuição de benefícios, de avaliação de desempenho, de vigilância de trabalhadores, de priorização territorial e de triagem administrativa; basta que comece a dizer, com a naturalidade glacial dos sistemas automáticos, quem merece atenção, quem merece suspeita, quem parece arriscado, quem é produtivo, quem é desviantemente caro, quem deve ser acelerado, quem pode esperar, quem sobe no ranking e quem desce sem nem ao menos saber por qual pecado foi punido.

A grande força desse regime não reside apenas na sua capacidade de vigiar, mas no fato de que ele tende a deslocar a disciplina do plano abertamente coercitivo para o plano da interiorização, da autoadequação, da pedagogia difusa da performance. O trabalhador aprende a se comportar de acordo com a métrica porque a métrica se torna condição de permanência; o motorista aceita a rota e o preço porque a plataforma o educou pelo medo da desativação; o servidor passa a decidir em função do indicador que mede sua unidade e não do problema substantivo que deveria orientar sua ação; o estudante aprende a escrever para o corretor automático; o professor ajusta sua prática ao

formulário; o cidadão aprende a formular sua demanda em linguagem legível para o sistema; a cidade adapta seus fluxos à lógica da plataforma; o território inteiro vai sendo recodificado para que o algoritmo funcione melhor, ainda que a vida funcione pior. É uma disciplina que já não depende sempre do chicote visível, porque o chicote foi miniaturizado, distribuído em painéis, scores, metas, alertas, filtros e probabilidades.

É aqui que a inteligência artificial encontra o desemprego, a precarização e a insegurança social não como obstáculos ao seu avanço, mas como terreno fértil para sua domesticação. O trabalhador acuado pelo medo da substituição aceita mais facilmente a intensificação da vigilância; a burocracia pressionada por austeridade abraça triagens automatizadas em nome da eficiência; o pequeno produtor sem assistência técnica efetiva torna-se dependente do pacote fechado; o cidadão desprotegido aprende a agradecer à máquina por não ter sido descartado; e as próprias instituições públicas, submetidas há décadas à gramática da contenção fiscal e da gestão por resultados, tornam-se especialmente suscetíveis à sedução dos sistemas que prometem “fazer mais com menos”, justamente porque já não se considera politicamente aceitável discutir se é preciso, antes de tudo, fazer melhor com mais gente, mais presença territorial, mais capacidade humana e mais Estado. A disciplina algorítmica prospera sobre a ruína prévia da solidariedade institucional.

Não por acaso, esse novo governo dos corpos e das condutas tende a recair, com peso ainda maior, sobre aqueles que já se encontravam mais expostos à violência classificatória do mundo social. Não é difícil perceber por quê. Quem vive nas franjas do mercado formal de trabalho, nas periferias urbanas, nas bordas do crédito, na informalidade, nas filas da política social, nos territórios racializados do controle policial e do abandono estatal, já chega ao sistema marcado por assimetrias acumuladas; chega com menos capacidade de contestação, com menos proteção jurídica efetiva, com menos margem para errar, com menos recursos para escapar da decisão automática e com maior probabilidade de ser lido por bases históricas enviesadas como risco, inadimplência, ameaça, improdutividade ou ruído. A inteligência artificial, então, não inventa a desigualdade, mas a torna mais rápida, mais escalável, mais opaca e mais difícil de contestar, porque agora o preconceito pode vir vestido de inferência, o estigma de score, a exclusão de racionalização estatística, o velho arbítrio de recomendação automatizada.

É nesse ponto que o tema da disciplina precisa reencontrar o problema do trabalho, não apenas no sentido econômico da extração de mais valor, mas no sentido político da produção de obediência. Kalecki havia percebido, há muito, que o desemprego não é simples falha lamentável do sistema: ele cumpre função disciplinadora, rebaixa a confiança dos trabalhadores, estreita sua margem de barganha e mantém as classes proprietárias em posição confortável de mando. A inteligência artificial não elimina esse mecanismo; ela tende, antes, a aperfeiçoá-lo, porque oferece às empresas e às burocracias instrumentos muito mais finos para comparar desempenhos, fracionar tarefas, individualizar metas, fragmentar coletivos de trabalho, identificar “gargalos humanos”, justificar dispensas, terceirizações e rebaixamentos salariais, e, ao mesmo tempo, apresentar tudo isso como resposta técnica inevitável à necessidade de modernização. O

medo antigo do desemprego encontra, assim, um novo aliado: o medo de não caber no sistema, de não ser legível para a métrica, de ser classificado como custo desnecessário por uma racionalidade que já não precisa sequer levantar a voz para humilhar.

Mas talvez o mais inquietante seja que esse processo alcança também o próprio Estado, que deveria funcionar, ao menos em tese, como instância de mediação pública, contenção de assimetrias e expansão de direitos. Sob o fascínio da gestão algorítmica, o Estado corre o risco de se converter em multiplicador qualificado das mesmas técnicas de filtragem, monitoramento e hierarquização que já operam no mercado, só que agora com o selo da legitimidade institucional. Sistemas de triagem para acesso a benefícios, modelos de risco para fiscalização, plataformas de atendimento que expulsam para o limbo o que não cabe no script, automatização de decisões administrativas, vigilância de servidores, policiamento preditivo, ranqueamento de territórios prioritários, pontuação de famílias, de estudantes, de contribuintes, de usuários dos serviços públicos: tudo isso pode ser vendido como sofisticação da política pública quando, em muitos casos, não passa de uma forma nova de administrar escassez, distribuir demora, terceirizar julgamento e naturalizar a ideia de que o problema social é, antes de tudo, um problema de classificação eficiente dos corpos excedentes.

As periferias latino-americanas, justamente por combinarem Estados incompletos, desigualdades abissais, colonialidade persistente e elites obcecadas por ordem sem justiça, oferecem terreno especialmente propício para essa convergência entre inteligência artificial e governo disciplinar. Aqui, a fascinação com a técnica frequentemente se mistura com o velho sonho oligárquico de administrar o povo sem precisar ouvi-lo, de prever o conflito antes que ele emerja, de localizar “focos de risco”, de separar desde cedo os governáveis dos inconvenientes, os produtivos dos sobrantes, os merecedores dos supérfluos. A linguagem muda; a fantasia permanece. Onde antes se invocava civilização, higienização, segurança nacional ou eficiência administrativa, hoje se invoca dado, modelo, pontuação, aprendizado de máquina, gestão inteligente. A gramática é nova, o impulso de fundo, nem sempre.

É claro que a técnica também pode ser usada para ampliar capacidade pública, melhorar planejamento, expandir acesso e aliviar trabalhos mecânicos socialmente pouco nobres. Seria tolice negar isso. O problema é que, sem rearranjo político das relações de poder, o uso mais provável continuará sendo aquele que se ajusta melhor aos interesses dominantes: menos emancipação do trabalho do que intensificação da subordinação; menos inteligência coletiva do que inteligência contra os coletivos; menos democratização da capacidade de decidir do que centralização opaca de filtros, rankings e protocolos. A neutralidade aqui é a forma ideológica da rendição. Quem não disputa a direção política da técnica já aceitou, ainda que sem admitir, que ela siga servindo ao que sempre serviu: acumular, selecionar, punir e organizar a obediência.

Talvez seja por isso que a inteligência artificial agrade tanto às sensibilidades autoritárias do presente. Não porque produza necessariamente tiranias abertas, mas porque oferece algo mais sutil e, por isso mesmo, mais eficaz: a possibilidade de governar

sem parecer governar, de punir sem assumir o castigo, de excluir sem declarar a exclusão, de discriminar sem pronunciar a discriminação, de moldar condutas sem formular abertamente a norma. Toda grande técnica de mando sonhou com isso. A inteligência artificial apenas tornou o sonho mais plausível, mais barato e mais apresentável. Em vez do porrete, a recomendação; em vez da ordem explícita, a interface; em vez da censura bruta, a curadoria automática; em vez do dedo do senhor, o fluxo do sistema. O gado, afinal, já não precisa ouvir o estalo da vara a todo momento quando aprendeu a temer a cerca invisível.

É por esse caminho que o debate sobre soberania tecnológica reencontra, uma vez mais, o problema da democracia, não como ritual eleitoral estreito, mas como disputa real sobre quem define os fins legítimos da técnica, quem controla os sistemas que organizam a vida coletiva, quem pode contestar suas decisões, quem tem direito à opacidade, ao erro, ao desvio, à não classificação, e quem continuará sendo tratado como mero objeto de gerenciamento inteligente. Porque uma sociedade que transfere silenciosamente à máquina o poder de distribuir atenção, suspeita, prioridade e oportunidade não está apenas adotando tecnologia; está redefinindo, sem debate adequado, sua própria economia moral da cidadania.

A inteligência artificial, nesse registro, já não aparece como simples inovação produtiva, mas como parte de um dispositivo mais amplo de conformação social, no qual extração e disciplina caminham juntas, porque uma precisa da outra: não há captura contínua sem alguma pedagogia da submissão, não há automatização lucrativa sem reorganização do medo, não há plataforma estável sem trabalhador comparável, mensurável, descartável, nem Estado algorítmico sem população convertida em base classificável. A ordem quer eficiência, sim, mas a eficiência de que ela gosta quase sempre vem acompanhada de silêncio. E o silêncio, como se sabe, raramente é neutro.

A seguir, precisamos enfrentar não apenas a pedagogia do medo, mas os interesses que a cultivam, a financiam, a celebram e dela se beneficiam, porque o problema não está só nas máquinas, nem apenas nos modelos, mas também nos senhores que se encantam com tudo aquilo que lhes permita mandar melhor sem parecer que mandam.

6. Podres Poderes

Se há algo que a história latino-americana ensina com insistência quase pedagógica é que nossas elites raramente recusam uma técnica porque ela lhes parece estrangeira, cara, complexa ou socialmente perigosa. A rejeição recai somente quando há ameaça de se deslocar as relações de mando, alterar hierarquias sedimentadas, ampliar a autonomia dos de baixo, reduzir a dependência que as enriquece ou tornar o Estado menos disponível à velha função de fiador doméstico da dominação externa. Fora isso, o apetite é voraz, sempre foi! Aceitam ferrovias, finanças, cercamentos, monoculturas, plataformas, algoritmos, sistemas de vigilância, modelos importados, pacotes gerenciais e gramáticas de modernização com o mesmo entusiasmo servil com que, noutras épocas, aceitaram códigos coloniais, teorias raciais, liberalismos de exportação, ditaduras antipopulares e fiscalismos suicidas, desde que tudo isso preserve o essencial: a distância

entre quem manda e quem obedece, entre quem se apropria e quem produz, entre quem fala em nome do universal e quem continua sendo tratado como excesso, resto, ruído ou problema administrativo.

A inteligência artificial chega em um terreno muito pouco inocente. Não encontra apenas mercados à procura de inovação, nem Estados indecisos diante de uma fronteira tecnológica, nem sociedades aguardando, em suspenso, que alguma força técnica lhes revele enfim o rumo da história. Encontra blocos de poder, interesses constituídos, coalizões de classe, frações rentistas, aparatos de Estado já atravessados por disputas, dependências externas consolidadas, colonialidade persistente e uma longa tradição de elites que preferem a intermediação lucrativa à aventura arriscada da soberania. E é por isso que o debate sobre IA não pode ser reduzido a um problema de visão estratégica ou de desenho institucional, como se bastasse convencer os governantes dos benefícios do investimento público, da importância da política industrial ou da necessidade de infraestruturas cognitivas próprias. Falta sempre alguma coisa nesse tipo de raciocínio, e essa coisa atende por nomes velhos e incômodos: conflito, interesse, bloqueio, classe, poder.

Kalecki desnudou, há muito, que o escândalo do pleno emprego não era econômico, mas político (Kalecki, 1943). O capital suporta de bom grado muita coisa, inclusive algum grau de intervenção estatal, desde que a intervenção não altere em demasia a disciplina social do trabalho, não produza confiança excessiva nos de baixo e não converta o Estado em instrumento relativamente autônomo diante dos interesses dos de cima. Quando isso acontece, a conversa muda de tom. O que antes parecia racionalidade técnica vira irresponsabilidade fiscal, populismo, aventureirismo, distorção de mercado, estatismo obsoleto, ameaça à confiança, risco institucional. É de supor que algo semelhante se passe, e já venha se passando, com a inteligência artificial. Ninguém nas classes dominantes se escandaliza quando a IA entra para vigiar trabalhador, reduzir custo, selecionar clientela, concentrar dados, automatizar triagens regressivas, vender eficiência aos pedaços ao setor público ou ampliar o controle monopolista de plataformas. O escândalo começa quando se sugere outra coisa: formação massiva de quadros públicos, modelos abertos orientados por missão, nuvem soberana de fato, compras governamentais dirigidas, dados como bem comum, aplicativos públicos, consórcios regionais, coordenação estatal robusta, apropriação social dos ganhos de produtividade, e, sobretudo, a possibilidade de que a técnica deixe de servir prioritariamente ao fechamento privado do futuro.

Não se trata, evidentemente, de imaginar uma burguesia nacional caricaturalmente demonizada, a conspirar em salas escuras contra o destino cognitivo dos povos. A questão é mais banal e, por isso mesmo, mais eficaz. Em formações periféricas como as nossas, as elites aprenderam historicamente a lucrar com a dependência. Seu horizonte de racionalidade não é o da construção paciente de capacidades nacionais, mas o da intermediação rentável entre o dentro e o fora, entre o poder imperial e o território doméstico, entre a tecnologia alheia e o mercado interno, entre o capital global e a administração local do consentimento e da repressão. São elites compradoras, no sentido

forte do termo: compram pacotes, revendem acessos, alugam soluções, internalizam custos politicamente e privatizam benefícios economicamente. Quando falam em modernização, quase sempre falam em modernização administrada de cima, sem plebe, sem povo, sem redistribuição de poder e sem a fadiga de erguer infraestrutura própria onde a dependência já oferece atalho lucrativo.

É por isso que a inteligência artificial lhes cai tão bem no colo. Ela combina três qualidades particularmente valiosas para esse tipo de classe dirigente. Primeiro, apresenta-se como técnica inevitável, o que ajuda a despolitizar escolhas profundamente políticas e a transformar interesses em fatalidades. Segundo, chega em boa medida pronta, modular, contratável, terceirizável, adaptável, isto é, compatível com o padrão de acumulação baseado em aluguel de inteligência, aquisição de soluções externas e desprezo pelo longo prazo da construção soberana. Terceiro, oferece meios novos de comando social: mais dados, mais rastreabilidade, mais segmentação, mais previsão, mais controle sobre trabalhadores, consumidores, usuários e territórios, tudo isso embalado na linguagem da eficiência, do risco e da inovação. Para elites historicamente desconfiadas do povo e fascinadas pela administração sem participação, trata-se de um brinquedo irresistível.

O problema, claro, não é que essas elites sejam atrasadas em sentido simples, como gostou de supor certa tradição desenvolvimentista excessivamente moralizante, segundo a qual haveria um desvio psicológico ou cultural a ser corrigido para que se revelasse, enfim, um projeto nacional reprimido; o problema é que elas são perfeitamente modernas à sua maneira, isto é, modernas no uso predatório da técnica, modernas no alinhamento subordinado à ordem global, modernas na financeirização, modernas na terceirização do risco, modernas na produção de ilhas de eficiência cercadas de deserto social, modernas até na apropriação do discurso da inovação como novo idioma da desigualdade. O latifúndio digital não é menos moderno que o datacenter. Muitas vezes, são parentes próximos.

Também por isso a colonialidade do poder não aparece aqui como adereço conceitual, mas como descrição material de uma aliança duradoura entre hierarquias internas e dependência externa. A questão não é apenas que centros imperiais concentrem infraestrutura, propriedade e comando tecnológico; é também que haja, nas formações periféricas, grupos dispostos a operar domesticamente essa dependência, oferecendo base política, marcos regulatórios favoráveis, compras públicas desorganizadas, dados mal protegidos, trabalho barato e uma narrativa ideológica que apresente a subordinação como pragmatismo responsável. A inteligência artificial, quando entra por esse canal, não se torna apenas mais uma tecnologia importada. Torna-se peça de rearticulação da velha máquina colonial em chave contemporânea: menos bandeira e canhoneira, mais contrato, API, consultoria, parâmetros de referência, parceria estratégica, soberania de fachada e cosmopolitismo de cócoras.

Daí o mal-entendido recorrente que cerca a discussão sobre capacidade estatal. Uma parte do debate, ainda presa ao liberalismo tardio, trata o Estado como problema em

si, como obstáculo à agilidade, à inovação e à livre descoberta de usos mais eficientes da técnica. Outra parte, reagindo a esse desmonte, tende a imaginar que o simples retorno do Estado resolveria a questão, como se bastasse restaurar comando, orçamento e planejamento para pôr a técnica a serviço do interesse público. Nenhuma das duas posições vai ao fundo. O Estado é campo de disputa, condensação institucional de correlações de força, aparelho atravessado por projetos inconciliáveis. Pode ser fiador de oligopólios e administrador inteligente da escassez, como pode ser indutor de capacidade nacional, mediador de conflitos e organizador de comuns cognitivos. O ponto decisivo é: sob hegemonia de quem, em aliança com quem, contra quem e para quê. Uma estratégia soberana de IA não nasce apenas de boa formulação técnica; nasce de um deslocamento político real no interior do Estado e contra os interesses que hoje o empurram a servir de correia de transmissão da dependência.

É nesse terreno que o discurso da neutralidade costuma cumprir sua função mais cínica. Diz-se que a técnica deve ser “desideologizada”, que a IA exige pragmatismo, que o Estado não pode escolher vencedores, que o mercado saberá encontrar os usos ótimos, que a governança deve ser “baseada em evidências”, que o importante é não perder o bonde. Tudo isso soa como música nos ouvidos incautos, e talvez resida aí sua força: a linguagem da moderação esconde o fato de que o bonde já vem lotado, com classe marcada, maquinista conhecido e destino escolhido. “Desideologizar”, nesse contexto, significa apenas impedir que os de baixo disputem os fins da técnica enquanto os de cima seguem livremente ideologizando-a em favor dos seus. A evidência vem pronta, o referencial vem do Norte, o “caso de sucesso” já chega com sobrenome corporativo, e a periferia é convidada a ser adulta, isto é, a aceitar com compostura aquilo que não decidiu.

Talvez por isso a resistência à democratização tecnológica costume vestir a máscara da prudência. Não se diz frontalmente que o povo não pode ter acesso ampliado à capacidade técnica, que o trabalho não deve ganhar poder de barganha, que o Estado não deveria organizar infraestrutura cognitiva pública, que dados estratégicos não podem escapar ao circuito de valorização privada, que universidades e centros públicos não devem liderar certos processos, ou que a cooperação Sul-Sul ameaça interesses estabelecidos. Diz-se outra coisa. Diz-se que falta maturidade, que o timing é ruim, que não há escala, que o país não está preparado, que a prioridade é “o básico”, que é melhor começar pelo possível, que é preciso atrair confiança, que o setor privado já está fazendo, que não convém ideologizar a inovação. Em resumo: o futuro pode até vir, desde que venha alugado.

O mais grave é que esse bloqueio não precisa ser absoluto para ser eficaz. Basta que capture o sentido geral da política, que defina os limites do dizível e do financiável, que rebaixe a ambição histórica ao tamanho do edital, da parceria, da prova de conceito, do piloto em ambiente controlado, do centro de excelência sem soberania, da nuvem nacional sem controle de sua base tecnológica, da startup treinada para vender o país como mercado promissor de soluções estrangeiras. A elite periférica não precisa negar a inteligência artificial soberana em voz alta; basta reduzi-la a slogan vazio enquanto

organiza, na prática, a modernização subordinada da dependência. Há muita inteligência sepultada sob esse tipo de conciliação.

Todavia, seria um erro concluir daí que nada pode ser feito enquanto não sobrevier alguma transformação total da ordem social. Essa forma de derrotismo, que às vezes se fantasia de radicalidade, apenas absolve o presente. O que se deve afirmar, com mais rigor, é que a disputa pela inteligência artificial soberana será necessariamente conflitiva, gradual, desigual, reversível e politicamente custosa, porque enfrenta interesses que lucram não apenas com a dependência em geral, mas com esta dependência específica, agora vestida de inovação. O problema não é a ausência de janela histórica, mas o fato de que a janela não se abre sozinha. Ela precisa ser forçada. E forçada, no caso, contra o rentismo tecnológico, contra a fantasia colonial das elites locais, contra a captura corporativa do Estado e contra a ideia de que o povo deve permanecer como usuário tutelado de sistemas cuja lógica lhe escapa.

No fundo, o que está em jogo é se a inteligência artificial será incorporada como técnica de reorganização da hegemonia conservadora ou como parte de uma tentativa mais ampla de deslocar os termos do desenvolvimento na periferia. Os podres poderes, como sempre, não se reconhecem podres. Apresentam-se como razoáveis, modernos, responsáveis, inevitáveis. Talvez seja justamente por isso que precisem ser nomeados com esse pouco de irreverência: para lembrar que há algo de moralmente apodrecido numa ordem que naturaliza a concentração privada da inteligência social, chama submissão de integração competitiva e exige que os povos agradeçam, com modos civilizados, pela oportunidade de participar de sua própria expropriação tecnológica.

Talvez seja a hora de sair do diagnóstico do bloqueio e entrar no problema da resposta: não mais apenas quem impede, quem lucra e quem administra a dependência, mas como pensar uma saída que não recaia nem na cópia servil, nem na centralização muda, nem na fantasia de pureza. Porque, se os podres poderes já têm sua gramática, a periferia precisará inventar a sua.

7. Parabolicamará

Chega um momento em que a crítica, por mais necessária que seja, corre o risco de ficar parecida demais com a indignação esclarecida das classes médias ilustradas: ela denuncia com precisão, nomeia a engrenagem, fareja a captura, expõe a subordinação, reconhece a violência e, no entanto, permanece um pouco paralisada diante da pergunta decisiva, que não é mais a de saber quem manda, quem lucra e quem obedece, mas de que maneira um país periférico, desigual, híbrido, falastrão, debochado, contraditório e historicamente ferido pode transformar a técnica sem apenas repeti-la, sem recusá-la em nome de uma pureza impotente e, sobretudo, sem aceitar que sua entrada no futuro dependa de pedir licença à metrópole digital. É aqui que a inteligência artificial deixa de ser apenas um problema de economia política e passa a ser também, num sentido forte, um problema de imaginação histórica.

Porque o risco da periferia nunca foi somente ficar para trás. Às vezes, aliás, o risco maior foi sempre o oposto: chegar depressa demais ao que não controla, incorporar cedo o que não dirige, vestir com ansiedade o figurino da modernidade alheia e, ao fazê-lo, aprofundar a velha distância entre importação e invenção, entre consumo e soberania, entre deslumbramento e estratégia. Corre-se o risco de que, como se na Tabacaria de Álvaro Campos, vistamos o dominó errado. Se sabemos que a cópia não liberta, ela tampouco nos serve a fantasia de uma origem pura, como se houvesse um lugar imaculado a partir do qual se pudesse fundar, de súbito, uma inteligência artificial virginalmente brasileira, latino-americana, periférica, emancipada de toda contaminação externa, falando num idioma originário e produzindo tecnologia por geração espontânea. Isso seria apenas o avesso simétrico da servidão: em vez do espelho colonial, o narcisismo de uma autenticidade sem mundo.

O que nos interessa é outra coisa. E essa outra coisa talvez possa ser dita, sem muito pudor, com uma palavra que a crítica universitária às vezes tratou bem demais e, por isso mesmo, domesticou: antropofagia. Não a antropofagia como emblema folclórico, licença poética ou identidade estilística para congressos simpáticos à diferença, mas como operação histórica dura, conflitiva, material, interessada, impura, pela qual se toma o artefato alheio, desmancha-se sua pretensão de universalidade, desorganiza-se sua gramática original, reordena-se seu uso, incorpora-se o que serve, rejeita-se o que subordina, mistura-se o que veio de fora com o que já fermentava por dentro e se devolve tudo isso ao mundo em outra chave, menos obediente, menos catequizada, menos colonial. A questão, em suma, não é recusar a técnica produzida no centro, mas recusar a posição de discípulo. A antropofagia e a epistemologia das encruzilhadas conformam o verdadeiro pensamento decolonial ou contracolonial, jamais a sua sistematização pelos olhares do norte. (Andrade, 1928)

É por isso que a imagem de *Parabolicamará* ajuda mais do que muitos tratados de governança tecnológica. Há, naquela invenção sonora e verbal, uma intuição precisa demais para ser ignorada: a antena não precisa significar deserção do território, nem o território precisa significar hostilidade à antena; o problema não está em conectar-se, mas em saber sob que código, sob que hierarquia, sob que regime de tradução, sob que economia moral da troca. O que a periferia precisa não é desligar-se do mundo para salvar-se dele, nem ligar-se a ele de joelhos, mas produzir sua própria sintaxe da conexão. Nem aldeia sem satélite, nem satélite sem aldeia. Nem tecnofobia nostálgica, nem idolatria da interface. O que está em jogo é a possibilidade de um acoplamento não servil entre técnica, território, memória e projeto.

A inteligência artificial recoloca exatamente esse dilema, só que num grau mais exigente, porque a técnica que agora se expande não é apenas máquina, rede ou infraestrutura de comunicação, mas maquinaria de classificação, decisão, inferência, linguagem e coordenação da vida social em larga escala. Uma resposta antropofágica, portanto, não se esgota em adaptar modelos abertos, traduzir interfaces ou treinar sistemas em português; isso é parte do problema, e parte importante, mas continua sendo pouco se não se alterar também o regime de uso, de propriedade, de governança e de finalidade

social da técnica. Devora-se de verdade quando se desloca o centro do cálculo. Quando a ferramenta deixa de servir prioritariamente ao fechamento privado do futuro e passa a integrar uma outra composição de interesses, instituições e formas de vida.

Daí que a epistemologia das encruzilhadas, aqui, não seja simples companhia conceitual da antropofagia, mas sua condição de possibilidade. Porque não basta deslocar a origem do artefato se o destino da sua organização continuar submetido a uma razão una, abstrata, centralizadora, burocraticamente eficiente e epistemicamente colonial, capaz de triturar em nome do comum tudo aquilo que não se deixa reduzir à língua oficial da técnica. A encruzilhada é o nome desse ponto em que vários caminhos se cruzam sem que um único deles possa reivindicar, de saída, o monopólio da verdade; é o lugar em que tradução não significa submissão e em que pluralidade não precisa degenerar em relativismo paralisante. É Exu acertando o pássaro ontem com a pedra lançada hoje. Dizer isso no contexto da inteligência artificial é lembrar que a infraestrutura cognitiva de um país periférico não pode ser pensada apenas a partir dos laboratórios de ponta, das grandes burocracias estatais, dos centros empresariais ou da engenharia de software, como se a inteligência social residisse exclusivamente onde a modernidade costuma reconhecê-la. Ela está também onde a tradição desenvolvimentista, não raro, preferiu ver atraso. (Rufino, 2019)

Não se trata, evidentemente, de romantizar o saber popular ou de transformar toda exterioridade ao cânone técnico em reserva automática de emancipação. Isso seria apenas outra forma de preguiça intelectual. O que importa é perceber que os modos de conhecer, classificar, lembrar, experimentar e resolver problemas se distribuem socialmente de maneira muito mais extensa do que supõe a racionalidade tecnocrática, e que uma política soberana de inteligência artificial terá de aprender a operar com essa heterogeneidade sem convertê-la, de imediato, em ruído a ser limado. Um país continental como o Brasil, atravessado por desigualdades regionais, linguísticas, raciais, territoriais e institucionais tão profundas, simplesmente não cabe dentro da fantasia de um modelo único, abstrato e perfeitamente homogêneo, treinado do alto para baixo e devolvido ao conjunto da sociedade como se fosse a própria inteligência do nacional. O Leviatã sem sotaque continua sendo uma figura da dominação, ainda quando administrado por mãos aparentemente bem-intencionadas.

A resposta, portanto, não está na escolha pueril entre plataforma estrangeira e modelo nacional, como se o problema pudesse ser resolvido num plebiscito binário entre dependência explícita e centralização soberanista. Está em construir um campo mais complexo, feito de camadas, escalas, infraestruturas e mediações distintas: modelos abertos capazes de ser reapropriados, bases públicas e comuns de dados sob regras rigorosas de proteção e reciprocidade, infraestrutura estatal robusta onde ela é indispensável, ecossistemas cooperativos onde a centralização é desnecessária ou contraproducente, arranjos regionais e locais de adaptação, tradução e uso, consórcios entre universidades, territórios, serviços públicos e comunidades, e sobretudo uma diretriz política clara segundo a qual a técnica não será deixada à deriva do mercado nem entregue de mão beijada à velha compulsão burocrática de homogeneizar tudo em nome

da governabilidade. Entre a plataforma imperial e o ministério onisciente há muito chão a inventar.

Talvez seja por isso que uma estratégia soberana de inteligência artificial, na periferia, deva ser menos pensada como corrida tecnológica e mais como composição institucional. O centro produz seu poder por concentração; a periferia, se quiser escapar à cópia, terá de produzir inteligência por articulação. Articulação entre escalas, entre tempos históricos, entre saberes distintos, entre capacidade estatal e energia social, entre universidade e território, entre engenharia e política, entre tradução e invenção. Não se trata de abandonar a grande estratégia, mas de livrá-la da tentação monástica de imaginar que o país cabe inteiro na prancheta do planejador ou no referencial do consultor. Há mais inteligência viva fora dos centros de cálculo do que supõe a vaidade da tecnocracia.

É claro que nada disso elimina o problema duro da infraestrutura, da moeda, do hardware, do balanço de pagamentos, da energia, da base industrial, do financiamento e da geopolítica. A antropofagia não substitui a política industrial, assim como a encruzilhada não resolve sozinha a dependência cambial, a escassez de semicondutores ou a concentração monopolista das nuvens. O ponto, porém, é outro: sem esse giro na imaginação estratégica, mesmo a melhor política industrial corre o risco de desembocar em mera réplica periférica da racionalidade do centro, isto é, em mais capacidade de cálculo sem deslocamento efetivo da lógica do mando. E isso, para um ensaio como este, seria pouco. Um projeto soberano não pode contentar-se em fabricar melhor a mesma obediência.

A antropofagia, neste terreno, obriga a perguntar o que fazer com o artefato. A encruzilhada obriga a perguntar com quem e sob que regras esse fazer será organizado. E ambas, juntas, recusam a moral simplória que costuma dividir o campo em dois partidos igualmente insuficientes: o partido dos entusiasmados, que aceitam como progresso tudo o que vem acompanhado de interface lisa, e o partido dos nostálgicos, que reagem à captura imperial da técnica com uma espécie de medo cultural da complexidade. Entre um e outro há a tarefa mais difícil, mais cansativa e mais fecunda de construir uso social da técnica sem submissão e sem folclore.

No fundo, a pergunta começa a mudar de forma. Já não se trata apenas de saber quem controla a inteligência artificial, mas de saber que inteligência social será capaz de controlá-la sem se converter, ela própria, em simulacro do centro. O que está em disputa não é apenas propriedade, embora propriedade importe; nem apenas regulação, embora regulação importe; nem apenas investimento público, embora investimento importe. O que está em disputa é a forma política e epistemológica sob a qual a periferia entrará no século XXI cognitivo: como imitadora disciplinada de sistemas alheios, como guardiã ressentida de uma autenticidade improdutiva, ou como produtora de uma síntese nova, suficientemente mundana para não se iludir com a pureza e suficientemente insubmissa para não aceitar a cópia como destino.

Esse é o ponto em que a técnica deixa de ser apenas técnica e volta a ser, em sentido pleno, questão de civilização. Porque civilização, aqui, não quer dizer cortesia,

norma culta ou software elegante; quer dizer forma de compor o comum, de administrar a diferença, de distribuir poder, de decidir o que não pode ser mercantilizado e de impedir que o futuro chegue, mais uma vez, como espelho doente. A inteligência artificial já mostrou do que é capaz quando serve ao império, ao monopólio e à disciplina. Resta saber do que poderá ser capaz quando atravessada por uma imaginação periférica menos servil, menos pura e mais inventiva.

Exu nos convida, então, a não ficar apenas no plano da resposta epistemológica e cultural, por mais decisiva que ela seja. É preciso descer novamente ao chão pesado da política econômica, da moeda, da infraestrutura e da capacidade estatal, porque nenhuma antropofagia tecnológica se sustenta muito tempo sem oficina, sem energia, sem gente formada, sem coordenação e sem dinheiro.

8. Coração Civil

Toda essa conversa sobre soberania tecnológica precisa abandonar o conforto relativo das críticas bem formuladas, das indignações justas e das imaginações generosas para encarar o problema que sempre decide, no fim das contas, se uma sociedade apenas diagnostica sua dependência ou começa a deslocá-la. Quem paga a travessia? Quem assume o risco inicial? Quem coordena esforços dispersos? Quem sustenta prioridades ao longo do tempo? Quem organiza as pontas soltas entre pesquisa, infraestrutura, formação, serviços públicos, empresas, território e energia? Quem impede que a técnica se dissolva em modismo, consultoria, piloto sem consequência, prova de conceito sem lastro, centro de excelência sem sistema ao redor, entusiasmo sem materialidade? E sempre voltamos a Humpty Dumpty, quem manda? É nesse ponto que a inteligência artificial deixa de aparecer apenas como fronteira técnica, e volta a ser o que no fundo sempre foi: problema de poder público, de decisão coletiva, de capacidade estatal, de projeto histórico.

É precisamente aí que a moeda retorna ao centro da conversa, não como tecnicidade para iniciados, mas como uma das linguagens decisivas da soberania moderna. Entre nós, porém, esse terreno foi sequestrado por uma pedagogia da escassez que fala em responsabilidade como quem fala em gravidade, como se houvesse uma lei natural proibindo países periféricos de investir em inteligência, ciência, infraestrutura e formação sempre que esses investimentos escapem da moldura estreita do curto prazo rentável. O ritual se repete com cansaço burocrático: não há espaço fiscal, não há fonte, não há como, não convém ousadia, o mercado reagirá mal, a confiança sofrerá, o futuro agradecerá à prudência dos que, mais uma vez, nada fizeram. Curiosamente, essa prudência evapora quando se trata de sustentar o rentismo, de garantir remuneração financeira obscena, de proteger posições adquiridas, de oferecer isenções generosas, de aceitar a desnacionalização de ativos estratégicos ou de transformar o orçamento público em correia de transmissão dos humores do capital. (Wray, 2015)

Uma política séria de inteligência artificial exige romper com essa metafísica de contador tecnocrata. Um Estado que emite sua própria moeda não se financia como uma família, como uma mercearia ou como um devedor submisso diante do banco; ele não precisa recolher previamente de algum cofre invisível os recursos que só então lhe

permitiriam agir. Isso não equivale, é claro, a proclamar uma liberdade mágica, como se a mera emissão monetária abolisse contradições reais, fabricasse semicondutores por patriotismo ou produzisse, num passe de retórica, engenheiros, datacenters, softwares, redes elétricas, conectividade segura e competência administrativa. O ponto é outro, e mais importante: o limite decisivo não é contábil no sentido vulgar, mas material, político, institucional e externo. Falta-nos menos dinheiro do que nos fazem crer; faltam-nos, isso sim, arranjos de coordenação, prioridades sustentadas, capacidade de formar gente, escala de compra, densidade produtiva, margem cambial, vontade de enfrentar interesses estabelecidos e um Estado que se comporte como condutor de futuro, não como síndico da penúria.

É por isso que a inteligência artificial não pode ser pensada como mais um item de política de inovação, empurrado para uma gaveta tecnocrática da administração e tratado como nicho elegante para especialistas, startups e eventos. Um país periférico que queira deslocar sua posição na economia mundial não pode se dar ao luxo de tratar a infraestrutura cognitiva como suplemento opcional. O que está em questão é a espinha dorsal da capacidade de decidir, classificar, planejar, administrar, prever, monitorar, pesquisar e produzir em sociedades cada vez mais atravessadas por sistemas de cálculo, linguagem e inferência. Se essa espinha dorsal ficar entregue ao aluguel tecnológico, ao imprevisto contratual, à dependência de nuvem estrangeira, à importação de modelos fechados e à fragmentação institucional, a soberania será apenas uma palavra enfeitada em documento oficial.

Mas seria igualmente insuficiente imaginar o Estado apenas como financiador benevolente de um ecossistema que o mercado, mais adiante, dinamizaria por conta própria. O poder público, nesse campo, é mais do que pagador de última instância. Ele é comprador em escala, definidor de padrão, organizador de interoperabilidade, garantidor de base comum, investidor paciente, formador de quadros, articulador federativo e protetor de certos domínios que não podem ser abandonados à lógica rentista. O mercado periférico, deixado a si, tende a fazer o que sempre fez: importar o elaborado, revender o acesso, capturar margens curtas, subinvestir em capacidade difusa e apresentar essa combinação de imediatismo e dependência como se fosse racionalidade econômica em estado puro. Se houver deslocamento, ele virá de um nervo público suficientemente forte para orientar compras, formar demanda, estabilizar horizontes, sustentar o tempo longo da aprendizagem e recusar o conforto colonial das soluções prontas.

Daí temos que navegar no rio das compras governamentais pois o Estado que não sabe comprar, não sabe o que quer. E o nosso não sabe. Compramos de forma dispersa, desarticulada, por vezes amadora, frequentemente fascinada pela grife tecnológica estrangeira, quase sempre sem memória institucional do que foi contratado ontem e sem capacidade técnica para governar o que se adquire hoje. Cada órgão inventa sua salvação, cada contrato cria uma ilha, cada plataforma chega como missa em latim, e o resultado é o de sempre: mais dependência, agora com carimbo oficial e contrato de câmbio. Mas o Brasil tem escala, e escala é poder de compra, e poder de compra é política industrial isso qualquer economista sério deveria saber. O que falta é decisão: trocar a feira pelo sistema,

comprar com regra (interoperabilidade, abertura, auditabilidade) e comprar com missão (puxar capacidade nacional, formar fornecedor, articular universidade com empresa). Quando se faz isso, o gasto vira construção, a despesa vira digestão, e o Estado deixa de financiar a periferia que ele próprio reproduz.

É nesse ponto que a ideia de missão importa mais do que o fetiche da ferramenta. Não interessa ter um “grande modelo nacional” apenas para satisfazer ansiedades de prestígio. Interessa construir capacidade pública orientada por problemas concretos, socialmente densos, territorialmente relevantes e institucionalmente transformadores. Interessa fortalecer o SUS sem converter saúde em pasto para plataforma; melhorar educação sem rebaixá-la a conversa entre estudante e corretor automático; apoiar planejamento territorial, governança da terra, defesa civil, assistência técnica, proteção ambiental e justiça sem reduzir o país a uma superfície a ser lida por software fechado e alimentada por dados capturados de cima para baixo. Em outras palavras, não basta incorporar inteligência artificial; é preciso submetê-la a finalidades públicas claramente definidas, de modo que a técnica deixe de escolher seu próprio sentido por gravidade de mercado.

Essa orientação, contudo, não se sustenta sem gentes. Há, no Brasil, uma tendência recorrente a confundir formação com elite acadêmica, como se bastasse produzir alguns centros brilhantes e meia dúzia de quadros excepcionais para que o problema estivesse, senão resolvido, ao menos corretamente encaminhado. Não está. A construção de autonomia exige cadeia longa: ensino técnico, graduação, pós-graduação, formação continuada de servidores, especialização setorial, competências em software livre, segurança cibernética, governança de dados, documentação, manutenção, compras, auditoria, desenho institucional. Um país que terceiriza até a compreensão do que está contratando poderá, no máximo, usar a técnica; dificilmente a governará. A curva de aprendizagem que se evita no curto prazo volta depois como submissão estrutural. Quem não forma burocracia competente para dizer não, para adaptar, para supervisionar, para recusar a caixa-preta e para traduzir necessidade social em especificação técnica continuará refém da inteligência alugada.

Também por isso o federalismo precisa ser tratado aqui não como estorvo, mas como desafio criativo. Um país continental não construirá soberania cognitiva a partir de poucos enclaves resplandecentes no topo da máquina pública, enquanto municípios pobres, redes locais de serviço, estados mais frágeis e territórios distantes recebem apenas o resto da automação ou a sobra do pacote contratado no centro. O risco, já se sabe, é reproduzir a geografia conhecida da modernização brasileira: ilhas de sofisticação cercadas por desertos de capacidade. O que está em jogo é outra coisa, mais difícil e mais interessante: fazer com que a inteligência pública circule, que redes se formem, que instituições federais, estaduais e locais aprendam conjuntamente, que padrões mínimos convivam com adaptação territorial, que universidades não vivam de costas para os serviços e que serviços deixem de depender eternamente de soluções externas para fazer o que deveriam ter aprendido a fazer como Estado.

A conversa volta, inevitavelmente, à infraestrutura material. Fala-se muito em nuvem, em modelos, em automação, em dados, como se o universo digital pairasse num plano quase abstrato. Não paira. Ele consome eletricidade, exige refrigeração, ocupa edifícios, disputa água, depende de conectividade, manutenção, segurança, equipamentos, cadeia de suprimento, logística, técnicos e engenheiros. Um país que trata isso como detalhe corre o risco de descobrir tarde demais que sua ambição cognitiva repousava sobre chão alheio. A oficina da soberania não é apenas de código; é também de rede, energia, hardware, manutenção, proteção e planejamento. Não se trata de proclamar autossuficiência delirante em todas as camadas, mas de identificar pontos críticos, proteger competências, reduzir vulnerabilidades, adensar onde for possível e não aceitar passivamente que toda camada relevante permaneça no exterior enquanto aqui se celebra apenas a interface.

Essa materialidade, por sua vez, só ganha sentido se estiver submetida a uma lógica republicana, e não apenas estatal em sentido estreito. O comum cognitivo não pode ser pretexto para outra centralização muda, impermeável à contestação, enamorada da própria racionalidade técnica e pouco disposta a reconhecer que também o Estado erra, discrimina, silencia e se blinda. Uma política pública para esse campo precisa vir acompanhada de mecanismos reais de auditoria, transparência, revisão, contestação e participação qualificada, sem os quais a promessa de autonomia pode facilmente degenerar em nova forma de mando tecnoburocrático. O problema não é escolher entre mercado opaco e burocracia opaca. É abrir, documentar, governar e tornar discutíveis os sistemas que passarão a mediar decisões relevantes sobre a vida coletiva.

O nosso coração civil não pretende louvar abstratamente o Estado, nem supõe que a esfera pública seja virtuosa por definição. Afirma-se que certas tarefas históricas – e a reorganização soberana da inteligência artificial é uma delas – só avançam quando existe algum centro de gravidade coletivo, alguma capacidade de orientar recursos, algum compromisso com finalidades que não caibam no horizonte estreito da lucratividade imediata e alguma decisão de fazer circular o sangue para além das extremidades privilegiadas do corpo social. Sem isso, tudo se fragmenta: o cálculo em um canto, a compra em outro, a pesquisa isolada, o território desassistido, a técnica brilhando no alto e o país apodrecendo por baixo.

O horizonte agora precisa se alargar sem perder o chão, porque nenhuma construção nacional duradoura nesse terreno se sustentará como monólogo isolado. A inteligência artificial recoloca, em nova linguagem, a velha pergunta sobre a escala da autonomia periférica, e ela não poderá ser respondida sem olhar de frente para a América Latina como problema e como possibilidade.

9. Soy Loco por Ti, América

Há um momento em que a questão já não pode mais ser formulada apenas em chave nacional, não porque o Estado tenha perdido relevância ou porque a escala doméstica tenha se tornado obsoleta, mas porque certas dependências, quando amadurecem, deixam de caber no interior de uma única fronteira e passam a exigir outro

desenho do problema, outro fôlego histórico, outra geografia da ação; e é exatamente isso que ocorre aqui. Um país pode até organizar compras melhor, formar quadros, construir capacidade pública, investir em infraestrutura, proteger alguns ativos estratégicos e coordenar melhor seus próprios serviços, mas, se permanecer sozinho diante de cadeias tecnológicas brutalmente concentradas, de mercados globais assimétricos, de patentes, licenças, padrões técnicos, provedores de nuvem, hardware crítico, serviços de intermediação e geopolítica de escassez administrada, terminará descobrindo, mais cedo ou mais tarde, que autonomia isolada pode ser apenas um nome mais bonito para impotência bem organizada. (Guimarães, 1999)

A América Latina entra aí não como ornamento sentimental da retórica integracionista, nem como unidade espontânea inventada por discursos generosos demais para o tamanho dos conflitos reais, mas como escala historicamente necessária de um problema que nenhum de seus países resolverá sozinho. O fato de compartilharmos trajetórias de dependência, desigualdade, especialização subordinada, colonialidade persistente, desindustrialização relativa, sistemas científicos subfinanciados e elites inclinadas ao cosmopolitismo de cócoras não significa, é claro, que formemos uma comunidade natural de destino pronta para agir em uníssono; significa apenas que há um chão histórico comum sobre o qual pode ou não ser construída uma capacidade de cooperação menos ingênua, menos ornamental e mais interessada, no sentido forte do termo, isto é, mais atenta ao que efetivamente pode ampliar margem de manobra, densidade produtiva, capacidade de barganha e inteligência institucional diante de um mundo em que os centros de comando seguem longe demais e os custos da submissão já se tornaram altos demais para continuarmos chamando-os de pragmatismo.

A tragédia latino-americana, nesse campo como em tantos outros, costuma residir menos na completa ausência de recursos do que na incapacidade recorrente de articular recursos dispersos sob uma direção minimamente convergente. A região dispõe de universidades relevantes, quadros científicos de alto nível, patrimônio linguístico e cultural vastíssimo, mercados internos significativos, algumas matrizes energéticas relativamente favoráveis, experiências institucionais de grande capilaridade em saúde, educação, cadastro, política social e administração pública, além de uma tradição intelectual singular na reflexão sobre desenvolvimento, dependência, imperialismo, planejamento e questão nacional. Não é pouca coisa. O problema é que tudo isso costuma permanecer fragmentado, prisioneiro de fronteiras administradas com zelo burocrático e imaginação curta, como se cada Estado tivesse de reinventar sozinho o que o vizinho já aprendeu, como se cada laboratório tivesse de recomeçar o percurso a partir do zero, como se cada governo devesse comprar isoladamente aquilo que poderia negociar em bloco, e como se o prestígio local de pequenos centros de excelência valesse mais do que a construção paciente de alguma musculatura compartilhada. (CEPAL, 2021)

É por isso que a cooperação, aqui, não pode ser confundida com liturgia de cúpula, fotografia presidencial ou documento final em linguagem desidratada. Cooperar, nesse terreno, significa dividir trabalho sem reproduzir hierarquias servis; partilhar custos sem dispersar responsabilidade; construir interoperabilidade sem sufocar diferenças;

combinar escalas nacionais e regionais de modo a produzir densidade onde hoje há apenas repetição exausta e concorrência estéril. Isso vale para pesquisa, para formação de pessoal, para bases linguísticas, para infraestrutura de processamento, para desenvolvimento de modelos abertos, para segurança cibernética, para padrões de governança, para compras coordenadas e para posições comuns em organismos multilaterais. O centro impõe muito de seu poder porque compra em escala, regula em escala, atrai talento em escala e organiza ecossistemas de maneira a transformar sua própria concentração em vantagem cumulativa. A América Latina, em contraste, compra mal e separadamente, regula de forma descontínua, pesquisa de modo intermitente e, no mais das vezes, desperdiça seu tamanho em vaidades nacionais pequenas demais para o tamanho do desafio.

A língua volta aqui por outra porta, e talvez de modo ainda mais promissor. Há poucos espaços no mundo em que a proximidade entre idiomas de circulação ampla seja tão grande quanto entre o português e o espanhol, sem que isso apague, ao contrário, a presença pulsante de línguas indígenas, crioulas, africanas, fronteiriças, populares e híbridas que fazem desta parte do planeta uma verdadeira oficina de tradução viva. Em vez de tratar essa pluralidade como dificuldade suplementar, seria mais inteligente reconhecê-la como força estratégica. Um campo ampliado de produção textual, científica, administrativa, jurídica, educacional, cultural e territorial baseado nessa vizinhança linguística poderia sustentar modelos, sistemas de busca, ferramentas de classificação, interfaces públicas e aplicações especializadas com uma escala que isoladamente cada país talvez demorasse mais a alcançar; mais do que isso, poderia fazê-lo sem entregar de bandeja ao inglês a condição de língua natural do cálculo. O problema da linguagem, que antes apareceu como problema de nomeação e colonialidade, revela agora seu outro lado: também pode ser recurso de cooperação e não apenas frente de captura.

Mas nada disso avançará enquanto os Estados da região seguirem comprando como se fossem clientes solitários diante de vendedores onipotentes. A contratação pública, quando pulverizada, improvisada, fascinada por grifes tecnológicas externas e incapaz de aprender com a própria experiência, converte o orçamento da dependência em rotina administrativa. A contratação pública, quando coordenada, pode fazer outra coisa: definir padrões mínimos de abertura, auditabilidade, proteção de dados, interoperabilidade e documentação; criar demanda regional para soluções públicas e comuns; reduzir o aprisionamento; estimular formação de fornecedores comprometidos com requisitos mais exigentes; fortalecer universidades e instituições públicas que de outro modo seguem orbitando ao redor de editais fragmentários. A América Latina tem escala para isso, desde que aceite agir como algo mais do que somatório melancólico de mercados nacionais administrados à distância por parâmetros de referência estrangeiros.

É claro que a geopolítica não ficará parada assistindo a esse deslocamento. A inteligência artificial já se tornou tema de disputa entre grandes potências, e qualquer tentativa de autonomização relativa da região será pressionada, cortejada, monitorada e, em certa medida, sabotada pelos interesses que lucram com a permanência do nosso papel periférico. Haverá convites para alinhamento preferencial, narrativas de segurança,

promessas de investimento, chantagens discretas, entusiasmo repentino de consultorias, filantropias tecnológicas interessadíssimas e toda sorte de mecanismos pelos quais a dependência costuma se modernizar sem perder a antiga eficácia. Não se trata de escolher ingenuamente entre polos como quem escolhe protetor mais amável. Trata-se de construir margem. Negociar com vários, depender menos de cada um, aprender sem se entregar, comprar sem abdicar, cooperar sem virar apêndice e, sobretudo, acumular densidade suficiente para que a relação com os centros deixe de ser mera relação de clientela tecnológica.

É nesse ponto que a política externa precisa deixar de tratar o tema como nota lateral da modernização e começar a pensá-lo como assunto de desenvolvimento, de defesa, de ciência, de comércio, de energia e de presença internacional ao mesmo tempo. Diplomacia tecnológica, aqui, não é luxo. É instrumento de sobrevivência estratégica. Ela envolve redes universitárias, acordos de pesquisa compartilhada, centros de processamento regionais, posições coordenadas sobre regulação de plataformas, circulação transfronteiriça de dados, padrões de segurança, regimes de propriedade intelectual, compras consorciadas, formação de quadros e mecanismos permanentes de troca entre instituições públicas. Quem chega sozinho à mesa global de definição de regras costuma sair dela com a impressão de ter participado do jantar, quando na verdade apenas ajudou a lavar a louça.

Haverá, evidentemente, quem diga que tudo isso é excessivo, ambicioso, pouco realista, ou que a região deveria preocupar-se com problemas mais básicos antes de aspirar a qualquer projeto compartilhado de inteligência computacional. A objeção parece sensata, mas esconde um truque antigo: é justamente em nome do “básico” que a periferia costuma ser condenada a renunciar ao estratégico, como se houvesse uma linha moral obrigatória que nos impedisse de pensar o futuro enquanto ainda enfrentamos a fome, a violência, a desigualdade, a precariedade urbana, a devastação ambiental e a subordinação externa. Ocorre o contrário. É porque esses problemas persistem que não podemos tratar a arquitetura cognitiva do século XXI como assunto secundário. Entregá-la sem luta equivale a aceitar que o básico de amanhã continue sendo administrado, decidido, classificado e monetizado por sistemas cujas prioridades fundamentais não são as nossas.

Também aqui a cooperação não deve ser romantizada. Ela será conflitiva, descontínua, sujeita a recuos, mudanças de governo, assimetrias regionais, ressentimentos históricos, vaidades nacionais, pressões externas e limites materiais bem concretos. Mas é precisamente por isso que ela importa. Só projetos necessários conhecem tantos obstáculos. Os supérfluos deslizam com mais facilidade porque nada ameaçam. Quando a América Latina não coopera, o custo não é neutro: paga-se em duplicação de esforços, compra desvantajosa, fuga de cérebros, vulnerabilidade regulatória, irrelevância negociadora e modernização subordinada com sotaque de inevitabilidade. Quando coopera mal, paga-se em frustração. Quando não coopera de modo algum, paga-se em destino.

No fundo, a questão é mais simples do que às vezes parece. Não se trata de saber se a América Latina conseguirá “liderar” a inteligência artificial global, como gostam de perguntar aqueles que já pressupõem a corrida como linguagem única do problema. Trata-se de saber se conseguirá construir, em tempo útil, densidade suficiente para não permanecer apenas como mercado, repositório de dados, fonte energética, território de instalação e usuária subordinada de sistemas concebidos fora. Trata-se de saber se conseguirá organizar algum poder de dizer não, algum poder de comprar junto, algum poder de formar junto, algum poder de negociar melhor, algum poder de produzir linguagem própria, algum poder de impedir que a técnica chegue apenas como espelho doente do que outros decidiram que ela deva ser.

Se isso acontecer, ainda que de modo parcial, desigual e incompleto, já não será pouco. Porque romper a submissão, na periferia, quase nunca significou resolver tudo; significou antes inaugurar outra relação com o possível, abrir passagem onde antes só havia resignação, transformar a repetição em desvio e o desvio em experiência histórica. Talvez seja esse o sentido mais rigoroso de pensar a América não como alegoria sentimental, mas como escala concreta de construção de força. Não para substituir o país, mas para torná-lo menos solitário diante do mundo.

Se dançamos até aqui, vamos ao derradeiro passo: sair do diagnóstico, atravessar a construção e voltar à pergunta decisiva. Agora, já não mais sobre o que nos falta ou com quem precisamos contar, mas sobre que tipo de futuro está efetivamente em disputa quando se fala, entre nós, de inteligência artificial, dependência e soberania.

10. Travessia

Chega uma hora em que já não basta denunciar a engrenagem, nomear a dependência, farejar o cheiro velho da subordinação sob o perfume novo da inovação, reconhecer a captura, desmontar a falsa neutralidade da técnica, expor os interesses que mandam e as formas elegantes pelas quais continuam mandando; chega uma hora em que é preciso olhar de frente para a travessia mesma, não como metáfora amena para encerrar o percurso, mas como nome duro de uma passagem histórica ainda em aberto, incerta, desigual, cheia de risco e sem garantia de chegada, porque é disso que se trata quando países periféricos ousam pensar a inteligência artificial não como pacote tecnológico a ser alugado, nem como milagre privatizado a ser consumido, nem como destino a ser sofrido com compostura, mas como campo de disputa sobre o próprio sentido do desenvolvimento, sobre a forma futura da dependência e, no limite, sobre a capacidade coletiva de uma sociedade de não aceitar mais que os seus meios de conhecer, classificar, planejar, decidir e imaginar lhe venham sempre de fora, já acabados, já embrulhados, já colonizados.

A travessia, aqui, começa por uma recusa simples, embora politicamente cara: a recusa de tomar o acesso pela soberania, a conectividade pela autonomia, o aplicativo pela capacidade, a interface pela inteligência, a plataforma pela infraestrutura, o consumo pela emancipação, o parâmetro de referência pela estratégia. Foi assim, afinal, que a periferia aprendeu tantas vezes a confundir presença com protagonismo, integração com

mando, modernização com obediência, como se bastasse entrar no circuito para deixar de ser circuito dos outros. A inteligência artificial, talvez mais do que outras tecnologias recentes, oferece essa ilusão com brilho redobrado. Ela fala a linguagem da ubiquidade, da conveniência, da conversa íntima com a máquina, do cálculo instantâneo, da personalização benevolente. E, no entanto, por baixo dessa superfície sedutora, reaparece a velha pergunta que nenhuma sociedade periférica séria deveria se permitir esquecer: quem constrói as mediações pelas quais o futuro se torna visível, legível e administrável, e em benefício de quem essas mediações passam a operar.

Não há como fugir dessa pergunta porque, no fundo, é ela que devolve a inteligência artificial ao terreno de onde nunca deveria ter saído: o terreno da economia política, da luta social, da questão nacional, da colonialidade, do trabalho, da técnica, do Estado e da vida comum. O que está em disputa não é simplesmente a capacidade de falar com modelos sofisticados, automatizar rotinas ou acelerar processos. O que está em disputa é o poder de organizar, em escalas novas, aquilo que uma sociedade reconhece como problema, como evidência, como prioridade, como risco, como população legível, como território monitorável, como corpo classificável, como desvio corrigível, como ganho apropriável. Em resumo, o poder de transformar inteligência social em regime de governo. E, quando se chega a esse ponto, já não faz sentido discutir a técnica como se ela fosse neutra, nem como se seus efeitos dependessem apenas da boa ou má vontade de seus usuários; ela se torna claramente aquilo que sempre foi, embora em nova densidade: instrumento e arena.

É por isso que a travessia não pode ser pensada nem em chave resignada, nem em chave triunfalista. A resignação dirá que o jogo já está jogado, que os centros consolidaram vantagem irreversível, que o máximo a fazer é comprar melhor, adaptar com alguma dignidade, formar mão de obra para o mercado mundial, negociar um lugar menos humilhante na arquibancada e aceitar que a fronteira técnica do século XXI continuará sendo comandada de fora. O triunfalismo, por sua vez, fingirá que bastam vontade política, anúncios vistosos, algumas compras, uns poucos laboratórios de ponta, meia dúzia de slogans soberanistas e um punhado de quadros brilhantes para que a dependência recue, a restrição externa se dobre e a inteligência periférica se imponha ao mundo por força de sua autenticidade histórica. Nenhum dos dois serve. A travessia real é mais lenta, mais contraditória, mais material, mais conflitiva e mais institucional do que gostaria a retórica; mas também é mais aberta, mais inventiva e mais disputável do que supõe o derrotismo travestido de lucidez.

Talvez por isso a imagem mais honesta não seja a da chegada, mas a da construção em movimento, daquela marcha em que nada está dado de antemão e em que cada passo precisa resolver ao mesmo tempo problemas de ordem distinta: infraestrutura, formação, moeda, compra pública, base energética, produção de dados, proteção de bens comuns informacionais, regulação, coordenação federativa, cooperação latino-americana, disputa de linguagem, enfrentamento do rentismo tecnológico, contenção da captura corporativa do Estado, recusa da cópia servil, rejeição da fantasia de pureza e abertura a uma inteligência social mais larga do que aquela reconhecida pelos aparatos centrais de

cálculo. Não se trata de pouca coisa. Exige uma combinação rara entre imaginação histórica e paciência institucional, entre ousadia estratégica e disciplina administrativa, entre crítica ao império e combate às elites domésticas que lucram com a posição subalterna, entre antropofagia e oficina, entre encruzilhada e planejamento, entre capacidade de recusa e capacidade de fazer.

É justamente aí que o problema ganha também sua dimensão moral, mas moral em sentido forte, não como sermão de bons costumes ou pedagogia do comportamento civilizado, e sim como pergunta sobre o que uma sociedade aceita fazer de si mesma em nome da eficácia, do crescimento, da inovação e da conveniência. Porque a inteligência artificial não chega apenas oferecendo produtividade. Ela chega oferecendo modos de classificar gente, selecionar prioridades, vigiar trabalho, segmentar crédito, ordenar territórios, automatizar triagens, tornar mais suportável para os de cima a convivência com o excesso humano que o próprio capitalismo produz. E uma comunidade política que aceite tudo isso sem discutir a quem serve, quem paga o preço, quem pode contestar e quem continuará sendo tratado como ruído, já começou a perder não apenas soberania tecnológica, mas algo mais fundo: a capacidade de decidir que tipo de vida comum considera digna de ser preservada. A técnica pode ampliar o campo do possível; isso não significa que todo possível mereça ser realizado.

Nesse ponto, a travessia reencontra a democracia, mas reencontra de um modo menos protocolar e mais espinhoso do que o costume. Não se trata apenas de garantir regras procedimentais, consultas formais ou transparência genérica, embora nada disso seja desprezível. Trata-se de impedir que os meios contemporâneos de organizar o mundo social se fechem sobre si mesmos, blindados por jargão técnico, contratos opacos, plataformas estrangeiras, burocracias autorreferidas ou coalizões rentistas decididas a modernizar a dependência com ares de inevitabilidade. Uma sociedade democrática, neste terreno, será aquela que conseguir manter discutível o que as máquinas tendem a naturalizar, contestável o que os sistemas tentam apresentar como objetivo, reversível o que as plataformas desejam tornar sem saída e politicamente legível o que a abstração computacional procura esconder sob camadas de eficiência. Em outras palavras, a democracia não aparece aqui como ornamento normativo, mas como disputa pela governabilidade do próprio cálculo.

A América Latina reaparece então, uma última vez, não como promessa sentimental de unidade futura, mas como lembrança incômoda de que nenhuma periferia importante se salva sozinha, e de que a solidão soberana, neste campo, pode não passar de outro nome para vulnerabilidade administrada. Ao mesmo tempo, o Estado nacional retorna sem pedir desculpas, porque continua sendo a escala decisiva da moeda, da compra, da política industrial, da regulação e da maior parte da capacidade disponível. A travessia, se houver, será necessariamente feita nessa tensão: entre o nacional e o regional, entre o comum e a diferença, entre a coordenação e a pluralidade, entre o coração civil e a constelação americana. Não existe atalho elegante para isso. Existe trabalho político, institucional, técnico e intelectual. Existe construção, no sentido mais pedestre e mais nobre do termo.

No fundo, talvez a pergunta mais honesta que resta seja esta: que tipo de futuro a periferia está disposta a recusar para que outro futuro, ainda incerto, tenha alguma chance de nascer? Porque todo gesto de soberania contém esse momento negativo, esse não pronunciado diante daquilo que se quer fazer passar por inevitável. Não à ideia de que a inteligência virá sempre empacotada em nuvens alheias. Não à tese de que nossas línguas, nossos territórios, nossos registros, nossos saberes e nossas instituições devam servir apenas de matéria-prima para modelos concebidos longe daqui. Não à redução da política tecnológica a política de atração de plataformas. Não à transformação do Estado em corretor de soluções prontas. Não à modernização autoritária da desigualdade. Não à velha catequese segundo a qual nosso lugar natural é o de consumidores agradecidos do elaborado, exportadores disciplinados do bruto e usuários bem-comportados dos espelhos doentes do mundo.

No entanto, a travessia exige também afirmações. Afirmação de que há inteligência social viva para além dos centros de cálculo. Afirmação de que o Estado, mesmo atravessado por captura e contradição, pode ser disputado e reorganizado. Afirmação de que a moeda, a compra pública, a universidade, a empresa estatal, o serviço público, o território, a língua e a cooperação latino-americana podem compor outra gramática da técnica. Afirmação de que a antropofagia não é luxo literário, e sim método de sobrevivência histórica para povos que raramente tiveram o privilégio de começar do zero. Afirmação de que a encruzilhada, longe de significar hesitação estéril, pode ser forma superior de inteligência política quando a escolha imposta entre cópia e isolamento já se mostrou falsa demais. Afirmação, enfim, de que a periferia não está condenada a pensar o futuro com palavras emprestadas.

Talvez seja por isso que navegamos por essa divina comédia humana de um rapaz latino-americano sem dinheiro no bolso a tergiversar sobre inteligência artificial. Não se trata de leveza irônica diante de problema sério, nem de ornamento geracional para um debate técnico. Trata-se de lembrar que o futuro, entre nós, nunca chegou limpo. Sempre veio misturado a tragédia e improviso, a invenção e espoliação, a desejo e penúria, a grandeza interrompida e fúria de sobrevivência. E talvez continue sendo assim. A diferença está em saber se entraremos nessa nova etapa apenas como figurantes bem-informados da técnica dos outros, ou como sociedades capazes de desarrumar, ainda que parcialmente, a ordem que nos reservou o lugar de sempre.

No fim, não se pede muito. Pede-se apenas o que sempre foi enorme: que um povo não seja obrigado a olhar para o espelho tecnológico do seu tempo e enxergar nele, mais uma vez, um mundo doente como destino. Que possa, ao menos, ferir esse espelho, deslocar-lhe a imagem, devolver-lhe sotaque, conflito, território, memória, vontade e trabalho. Que possa, por fim, fazer do cálculo um campo de luta e não um veredito. O resto já não será pouca coisa.

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSES

O autor declara não haver conflitos de interesses de natureza financeira, comercial, institucional ou pessoal que possam ter influenciado a realização deste estudo ou a interpretação de seus resultados. Este texto é de iniciativa e autoria própria, não estando vinculado a nenhum tipo de projeto financiado por qualquer instituição pública ou privada.

DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADE DE DADOS

O compartilhamento de dados não é aplicável a este artigo, pois nenhum conjunto de dados novo foi gerado ou analisado durante o estudo atual.

BIBLIOGRAFIA

ANDRADE, Oswald de. Manifesto antropófago. *Revista de Antropofagia*, São Paulo, ano 1, n. 1, maio 1928.

COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (CEPAL). *Tecnologías digitales para un nuevo futuro*. Santiago: CEPAL, 2021. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/46816-tecnologias-digitales-un-nuevo-futuro>. Acesso em: 6 abr. 2026.

FIORI, José Luís. O cosmopolitismo de cócoras. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 21-32, ago. 2000.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Quinhentos anos de periferia: uma contribuição ao estudo da política internacional*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). *World employment and social outlook 2021: the role of digital labour platforms in transforming the world of work*. Geneva: ILO, 2021. Disponível em: <https://www.ilo.org/publications/flagship-reports/role-digital-labour-platforms-transforming-world-work>. Acesso em: 5 abr. 2026.

KALECKI, Michał. Political aspects of full employment. *The Political Quarterly*, London, v. 14, n. 4, p. 322-331, 1943.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

POLANYI, Karl. *A grande transformação: as origens da nossa época*. Tradução de Fanny Wrobel. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 107-130.

RUFINO, Luiz. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SANTOS, Theotonio dos. *A teoria da dependência: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

_____. *Imperialismo e dependência*. Brasília, DF: Editora da UnB, 2018.

SRNICEK, Nick. *Capitalismo de plataformas*. Buenos Aires: Caja Negra, 2018.

WRAY, L. Randall. *Modern money theory: a primer on macroeconomics for sovereign monetary systems*. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2015.

ZUBOFF, Shoshana. *A era do capitalismo de vigilância: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder*. Tradução de George Schlesinger. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2021.

Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.